

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LÍNGUA PORTUGUESA



**A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA DE ACOLHIMENTO NA INTEGRAÇÃO
DE IMIGRANTES NEPALESES EM PORTUGAL**

Inês Branco

MESTRADO EM LÍNGUA E CULTURA PORTUGUESA – PL2/PLE

2012

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LÍNGUA PORTUGUESA



**A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA DE ACOLHIMENTO NA INTEGRAÇÃO
DE IMIGRANTES NEPALESES EM PORTUGAL**

Inês Branco

MESTRADO EM LÍNGUA E CULTURA PORTUGUESA – PL2/PLE

Tese orientada pela Professora Doutora Maria José dos Reis Grosso

2012

Texto escrito segundo o antigo acordo ortográfico

A todos os que têm a coragem de deixar a sua terra em busca de uma vida melhor.

Agradecimento

Este trabalho não teria sido possível sem os contributos e disponibilidade da comunidade nepalesa residente em Portugal, pelo que lhe dirijo o meu agradecimento.

O meu obrigada especial à minha orientadora, Professora Doutora Maria José dos Reis Grosso, quer pela disponibilidade e orientação quer pela “colherada” de motivação na recta final, quando julgava ser impossível terminar a tese a tempo e horas.

Quero também agradecer a todos os professores do mestrado pelo bom trabalho realizado e aos meus colegas que contribuíram, em muito, para que estes dois últimos anos tivessem sido tão gratificantes.

Por último, agradeço à minha família e aos meus amigos, porque com eles todo o meu trabalho faz muito mais sentido.

Resumo

O processo de migração é um dos mais difíceis pelos quais o ser humano pode passar. Durante a migração e realocização num novo país, o imigrante procura manter as ligações afectivas ao país de origem, mas procura igualmente adaptar-se ao país de acolhimento. Nesta adaptação, o papel da sociedade de destino é crucial. No passado, os países que recebiam imigrantes - indivíduos originários de outras culturas - tinham como objectivo a assimilação destes, a diluição dos seus traços culturais no seio da cultura de acolhimento. Porém, hoje parece já não ser assim e, se outrora a palavra de ordem era assimilação, agora é integração.

Focando-se na comunidade imigrante nepalesa residente em Portugal, esta investigação procura perceber como esta gere as diferenças culturais entre o país de origem e o país onde vive actualmente e como decorre a integração, particularmente, no que respeita à função da Língua Portuguesa enquanto língua de acolhimento neste contexto. Para tal, as questões de partida que coloca são:

- O que caracteriza a comunidade imigrante nepalesa em termos culturais?
- Quais as motivações que levam imigrantes pertencentes a esta comunidade à aprendizagem do Português?
- Como é que aprendem a falar a língua de acolhimento?

Pensamos com esta investigação contribuir para um melhor entendimento do que pode ser uma sociedade multicultural, onde convivem diariamente cidadãos das mais diversas origens. Em primeiro lugar, adicionamos informação à área da imigração, especificamente no que respeita a uma comunidade sul-asiática relativamente recente em Portugal. Em segundo lugar, sendo a apropriação da língua de acolhimento factor crucial na integração de imigrantes, procuramos também aumentar o conhecimento sobre os processos de aquisição/aprendizagem da Língua Portuguesa, fomentando uma maior consciência sobre que políticas poderão ser criadas ou melhoradas a este nível, no sentido de tornar o processo de integração mais suave.

Palavras-chave: Ensino de Português como Língua Estrangeira, Língua de Acolhimento, Imigração, Integração, Comunidade Nepalesa

Abstract

Migration is one of the most difficult processes through which a human being can pass. During migration and relocation in a new country, immigrants seek to maintain emotional connections to their country of origin, but also seek to adapt to the host country. In this adaptation, the role the destiny country can play is crucial. In the past, countries receiving immigrants - individuals from other cultures - aimed to assimilate those individuals by diluting their cultural traits within the host culture. But today no longer seems to be so, and if once the watchword was assimilation, now is integration.

Focusing on Nepalese immigrant community living in Portugal, this research seeks to understand how it manages the cultural differences between the country of origin and the country where it currently lives, and how the integration takes place, particularly with regard to the role of Portuguese as a host language in this context. To this end, starting questions are:

- What characterizes the Nepalese immigrant community in cultural terms?
- What are the motivations that lead immigrants belonging to this community to learn Portuguese?
- How do they learn the host language?

With this research we aim to contribute to a better understanding of what may be a multicultural society where citizens from various origins live their daily lives. First, we add information to the area of immigration, specifically in relation to a South Asian community relatively recently established in Portugal. Second, as the appropriation of the host language is so important for immigrants' integration, it is our objective to add knowledge to the processes of acquisition/learning of Portuguese language, fostering a greater awareness of what policies can be created or enhanced at this level in order to make the integration process smoother.

Keywords: Teaching Portuguese as a Foreign Language, Host Language, Immigration, Integration, Nepalese immigrant community

Índice

Introdução.....	1
O início de uma tese... ..	1
Porquê a comunidade nepalesa?	2
Problematização e questões da investigação.....	3
CAPÍTULO I A imigração nepalesa em Portugal	6
Introdução	6
O fenómeno imigratório em Portugal	9
Imigração nepalesa em Portugal.....	15
Breve retrato do país de origem.....	15
História e Política	17
Economia e Relações Internacionais.....	21
Religião e Cultura	23
Línguas maternas do Nepal	25
Comunidade nepalesa em Portugal	25
Síntese.....	27
CAPÍTULO II Integração e língua de acolhimento	29
Introdução	29
Da assimilação à integração.....	29
Língua de acolhimento e integração.....	33
Motivação para a aprendizagem do Português - identificação do público-alvo	38
Síntese.....	41
CAPÍTULO III Aprender Português como língua de acolhimento	42
Introdução	42

Aprendizagem em contexto de imersão	42
Os domínios.....	43
Aquisição e aprendizagem	44
Consciência linguística.....	47
Representação.....	47
Aquisição	47
Aprendizagem.....	48
Síntese.....	49
CAPÍTULO IV Metodologia.....	50
CAPÍTULO V Resultados.....	53
1ª Parte: Caracterização da comunidade.....	53
Porquê Portugal?	54
Qual a imagem que possuem do país?	55
Nepal: talvez um dia... ..	56
Somos assim tão diferentes?	57
Entre culturas: o que se perde e o que se ganha?	58
Filhos: nepaleses ou portugueses?	60
2ª Parte: Identificação do público-alvo e motivação para aprendizagem da língua	61
3ª Parte: Como aprendem a falar Português?	66
CAPÍTULO VI Conclusões.....	70
Referências Bibliográficas	77
Anexo 1	80
Anexo 2	82

Índice de quadros

Quadro 1 – Evolução das principais comunidades asiáticas 2006/2011	26
Quadro 2 – Tipos de estratégias de aprendizagem da língua.....	68

Índice de figuras

Figura 1 – Mapa do Nepal	16
Figura 2 – Divisão por género.....	61
Figura 3 – Qualificações dos aprendentes	62
Figura 4 – Residência antes de Portugal	62
Figura 5 – Razões da escolha de Portugal como destino	63
Figura 6 – Línguas faladas.....	64
Figura 7 – Motivações para aprender Português	65

Lista de abreviaturas

ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
AP - Autorizações de Permanência
CEE - Comunidade Económica Europeia
CL - Consciência Linguística
CPN-UML ou UML - Partido Comunista do Nepal-Unido Marxista Leninista
EUA - Estados Unidos da América
FA - Forças Armadas
IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional
L1 - Língua Materna
L2 - Língua Segunda
LE - Língua Estrangeira
LM - Língua Materna
LP - Língua Portuguesa
MINUSTAH - Missão da ONU no Haiti
MONUSCO - Missão da ONU na República Democrática do Congo
NL - Nível Limiar
NRN - Non Resident Nepalese Association
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OI - Observatório da Imigração
OIM - Organização Internacional para as Migrações
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONU - Organização das Nações Unidas
PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCN - Partido do Congresso Nepalês
PIB - Produto Interno Bruto
PII - Plano para a Integração de Imigrantes
PLE - Português Língua Estrangeira
PPT - Português Para Todos
QECR - Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas
RIFA - Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo
SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SEFSTAT - Portal de Estatísticas do SEF

SIL - Summer Institute of Linguistics
SPA - Aliança dos Sete Partidos
UE - União Europeia
UEFOL – Utilizador Elementar Falante de Outras Línguas
UNAMID - Missão da ONU no Sudão
UNIFIL - Força Interina da ONU no Líbano
UNMIH - Missão da ONU no Haiti
UNMISSET - Missão das Nações Unidas de Apoio a Timor Leste
UNOSOM II - Operação das Nações Unidas na Somália II
UNPROFOR - Força de Protecção da ONU na ex-Jugoslávia

Introdução

O início de uma tese...

Na base de uma investigação estão muitas vezes razões de ordem pessoal. No caso da que me propus realizar, a origem situa-se em 2007. Esse foi um ano de grandes mudanças na minha vida, em termos pessoais e profissionais. Por convite de um amigo, comecei a dar aulas de Português, voluntariamente, numa associação de imigrantes oriundos da Índia, Bangladesh e Paquistão. A experiência foi interessante, mas problemas na direcção da associação fizeram com que as aulas tivessem de parar. Como não queria deixar os meus alunos sem aulas, entrei em contacto com o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), tendo em vista saber como poderiam continuar a obter aulas gratuitamente. Foi então que me propuseram dar aulas, também de forma voluntária, nas instalações da instituição, levando comigo os alunos que já possuía.

Curiosamente, foram poucos os que aderiram. Ainda assim, comecei as minhas tarefas com uma nova turma, constituída na sua maioria por alunos de nacionalidades dos países de Leste, e continuei a dar aulas a alguns dos antigos alunos, mas noutra associação.

Já em 2008, comecei a receber pedidos de aulas particulares, estas já remuneradas. Como o passa-palavra ocorreu entre um aluno do Bangladesh e o dono de um restaurante nepalês, vi começar desta forma a minha ligação à comunidade que me proponho agora estudar.

As aulas começaram a ser dadas num restaurante, a empregados que não tinham horário para frequentar cursos. A vantagem era mesmo a minha deslocação ao seu local de trabalho. Mais tarde, dei aulas em outros dois restaurantes e num supermercado.

Após dois anos nesta actividade, exercida em paralelo com o meu emprego, percebi que seria útil obter formação na área. Os motivos eram essencialmente dois: poder melhorar o meu desempenho enquanto professora de Português e, sendo uma área que

nitidamente me agradava, poder candidatar-me a concursos para professores e a outras oportunidades remuneradas.

No momento de escolher o tema da tese, o foco na comunidade nepalesa pareceu-me natural. Para manter o contacto com a comunidade e obter mais informação sobre esta, entrei em contacto com a maior associação da diáspora nepalesa, presente também em Portugal, a Non Resident Nepalese Association (NRN) e comecei também ali a dar aulas, a título voluntário, no ano de 2010.

Porquê a comunidade nepalesa?

A par das motivações pessoais, a justificação para uma investigação está também na sua originalidade e no seu valor para a sociedade no seio da qual esta é realizada. Como tal, na área do ensino da Língua Portuguesa como língua de acolhimento, tendo como foco a comunidade nepalesa, nada foi feito até ao momento. Basta consultar, por exemplo, as teses que têm sido publicadas pelo Observatório da Imigração (OI, 2012) para se chegar a esta constatação. Na área da Antropologia, relativamente a comunidades recentes sul-asiáticas, destacamos ainda assim, o trabalho do investigador José Mapril, que se tem dedicado à comunidade bangladechiana (Mapril, 2009). Porém, apesar de nos abrir uma janela para este grupo de imigrantes que, em Portugal, possui algumas características semelhantes às da comunidade nepalesa (período de tempo em Portugal, actividades económicas a que se dedicam, tamanho da comunidade, origem da comunidade), não se dedica à questão da língua.

No contexto da imigração dentro da sociedade portuguesa, os grupos de imigrantes com origem asiática são os mais significativos entre os de pequena dimensão (Pires, Machado, Peixoto & Vaz, 2010). Estas comunidades situam-se, sobretudo, na região da Grande Lisboa e desenvolvem-se em torno de actividades económicas em que predominam os pequenos negócios, como lojas e minimercados. Dentro destes grupos, a comunidade nepalesa destaca-se pela sua presença na área da restauração. A proliferação de restaurantes nepaleses é notória na região de Lisboa. Quantos de nós, em algum momento na mesa de um desses restaurantes, sentimos curiosidade em saber mais sobre o povo do país do Monte Everest? O que fazem em Portugal, o que pensam do nosso país, como conseguem aprender a nossa língua?

De entre as 46 nacionalidades com origem na Ásia, registadas pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras no ano de 2011 (SEFSTAT, 2012), o Nepal encontrava-se em quinto lugar quanto ao número de imigrantes com autorização de residência. Embora seja uma pequena comunidade (1145 membros) quando comparada com a chinesa (16.785), a maior de origem asiática, tem algumas características que a distinguem. Desde logo, tem vindo sempre a crescer desde 2006, último ano para o qual o SEF disponibiliza dados no seu portal de estatísticas (SEFSTAT), e é a segunda comunidade asiática que mais cresceu em termos percentuais. Em 2006, contava apenas com 285 membros. Assim, é interessante estudá-la, pois sendo muito pequena, com o mesmo número de inquéritos ou entrevistas, obtém-se uma perspectiva mais ampla sobre todo o grupo do que a obtida em comunidades maiores.

Problematização e questões da investigação

Quando comecei a dar aulas de Português a imigrantes, nomeadamente a nepaleses, um dos principais problemas levantados era a questão dos horários e da necessidade de aprender a língua para, mais tarde, poderem ter acesso à nacionalidade. Percebi desde início que estes imigrantes estavam em Portugal com uma perspectiva de longo prazo, mesmo que depois do acesso à nacionalidade, assumissem que gostariam de viajar para outro país europeu. Mas, se por um lado a questão da língua era fundamental, a necessidade de obter um emprego era mais premente. Porém, uma vez conseguido o emprego, deixavam de ter tempo para frequentar as aulas. A somar a esta situação, estava o facto de a grande maioria, usufruindo das conexões dentro da comunidade, procurar empregos dentro desta. Todos os imigrantes que tiveram aulas comigo em restaurantes trabalhavam nesses mesmos restaurantes para donos nepaleses ou eram amigos deles.

Logo aqui colocava-se um problema, se não frequentassem aulas fora do restaurante e se não tivessem nenhum professor que se disponibilizasse a deslocar-se a esses locais, ficavam fechados dentro da comunidade. Assim, comecei a perceber que havia a hipótese de o conhecimento da Língua Portuguesa ser a chave para a integração, mas que as condições específicas destes imigrantes, ao dificultarem-lhes o acesso ao ensino formal, poderiam fazer da Língua Portuguesa um entrave na concretização dos seus objectivos de integração e de realocização noutro país europeu.

Assim, o que procuro saber com esta investigação é se de facto esta minha suposição quanto ao papel paradoxal da língua é correcta ou se existirão algumas nuances que poderão levar a diferentes conclusões. As perguntas de partida que coloco são:

1ª - O que caracteriza a comunidade imigrante nepalesa em termos culturais?

2ª - Quais as motivações que levam imigrantes pertencentes a esta comunidade à aprendizagem do Português enquanto língua de acolhimento?

3ª - Como é que estes imigrantes aprendem a falar Português?

Ao longo desta tese, estas perguntas ir-se-ão dividindo em outras. O objectivo é ir reflectindo sobre as questões iniciais, com base em elementos teóricos, para no final, através dos resultados obtidos, chegar a conclusões mais claras.

Para tal, dividiu-se a tese em seis capítulos. Os três primeiros correspondem a um enquadramento teórico e nos três últimos é detalhada a forma como a investigação foi realizada, são revelados os dados e tiradas as conclusões.

O primeiro capítulo foca-se, sobretudo, no fenómeno da imigração, partindo da visão e da sua importância a nível mundial, para chegar depois ao percurso da imigração em Portugal, incidindo em mais detalhe na comunidade em estudo, a dos imigrantes nepaleses.

No segundo capítulo, aborda-se outra questão teórica também central a esta investigação, a “integração”. Se, no início do século XX, a adaptação de um imigrante a uma nova sociedade visava a sua assimilação pela mesma, nas últimas décadas, os Estados adoptaram um discurso multiculturalista, em que a existência de diversas culturas dentro de uma sociedade é tomada em consideração.

Dentro do processo de integração, o conhecimento da língua de acolhimento é crucial, pelo que com mais detalhe se procura entender a relação entre integração e língua, focando em especial as políticas governamentais que estabelecem como requisito de acesso à nacionalidade o conhecimento suficiente da Língua Portuguesa

O terceiro capítulo é dedicado à forma como um imigrante aprende a língua de acolhimento. Primeiro, há que distinguir o que se entende por aprendizagem e por aquisição de uma língua. Segundo, é preciso perceber como é que a aprendizagem de uma língua estrangeira é feita em contexto de imersão. Por último, a motivação para a

aprendizagem, ou o que leva alguém a aprender uma língua, é posta em evidência como facilitadora dos primeiros passos nessa nova língua.

É obedecendo a esta divisão que o capítulo dedicado à metodologia é estruturado, assim como o dedicado aos resultados.

CAPÍTULO I A imigração nepalesa em Portugal

Introdução

Antes de iniciarmos a nossa investigação, e tendo já escolhido a comunidade imigrante a estudar, precisamos conhecê-la bem como ao seu país de origem. Como se enquadra a comunidade nepalesa dentro dos contextos migratórios mundial e português? Quais os principais traços que caracterizam o Nepal? Que elementos possuímos sobre a comunidade nepalesa em Portugal?

De acordo com a Organização Internacional para as Migrações (OIM)¹, a Migração é considerada um dos principais assuntos da agenda mundial no início do século XXI, pois existem mais pessoas em movimento hoje do que em qualquer outro período da história da humanidade.

O discurso acerca do fenómeno migratório envolve várias perspectivas, mas há um reconhecimento cada vez maior de que a Migração é uma componente essencial e inevitável da vida económica e social de todos os países. As suas múltiplas e complexas dimensões envolvem a migração laboral, a reunificação familiar, a segurança, o combate à migração irregular e, ainda, direitos, saúde e integração dos migrantes. Ao serem elaboradas, as políticas de migração precisam de levar em conta esta característica multi-dimensional do fenómeno das migrações, para que possam geri-lo de forma eficaz.

Existem muitas tendências de carácter global por detrás do mundo em movimento que temos hoje e que têm um impacto directo na Migração e na gestão desta: questões de demografia; disparidades económicas entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, derivadas da liberalização do comércio, com a consequente necessidade de uma força laboral com mais mobilidade; redes de comunicação que ligam todas as partes

¹ Organização Mundial para as Migrações: www.iom.int

do globo; e migrações transnacionais. No século XXI, o movimento de pessoas está e vai tornar-se cada vez mais significativo, como resultado destas tendências.

Entre meados dos anos setenta e o presente, o movimento de pessoas em larga-escala não parou, sendo que a migração irregular se tornou num dos principais problemas do nosso tempo. O tráfico de migrantes está, segundo a OIM, ao nível do tráfico de droga como maior fonte de receitas para o crime organizado e tornou-se uma das principais preocupações mundiais.

Com os modernos meios de transportes e telecomunicações que existem hoje, mais pessoas se motivam e procuram uma possibilidade de migrar. Especialmente através das imagens fornecidas pelos média audiovisuais (televisão, cinema e internet, sobretudo), os mais pobres e desfavorecidos podem ver o abismo, em termos de condições de vida, que os separa dos países ricos e querem partilhar essa riqueza e bem-estar.

Com a globalização económica e a proliferação do comércio internacional, existe também uma maior exigência de mobilidade em termos profissionais. O desafio de todos os países é saber como regular e gerir estes movimentos migratórios massivos. Estima-se que existam, actualmente, 214 milhões de migrantes no mundo, sendo que este número representa 3,1% da população mundial (OIM, 2011). O número de migrantes espalhados pelo mundo constituiria o quinto país mais populoso do mundo, representando as mulheres 49% do número global de migrantes².

Os fluxos de migração mudaram nos anos mais recentes, com novos pólos de atracção para a migração laboral³ e, em algumas partes do mundo, o número de migrantes chegou mesmo a diminuir. Apesar de o número de asiáticos ter aumentado de 28,1 milhões em 1970 para 43,8 milhões no ano 2000, a quota mundial de migrantes asiáticos caiu de 34,5% para 25% no mesmo período. África viu também um declínio na sua quota de migrantes internacionais, de 12% em 1970 passou para 9% no ano 2000. Na América Latina e Caraíbas, Europa e Oceânia também se registou um decréscimo. Apenas na América do Norte e na ex-URSS houve um aumento no número de migrantes entre 1970 e 2000 (de 15.9% para 23.3% no primeiro caso e de 3.8% para 16.8% no segundo caso), embora relativamente aos países que compunham a ex-URSS este aumento possa estar

² United Nations' Trends in Total Migrant Stock: The 2008 Revision (<http://esa.un.org/migration>) e US Census Bureau, International Database - Country Rankings (<http://www.census.gov/ipc/www/idb/ranks.php>)

³ World Migration 2005: Costs and Benefits of International Migration (OIM).

mais relacionado com a redefinição das fronteiras do que propriamente com a movimentação de pessoas. Ainda assim, o *stock* de migrantes internacionais continua concentrado em relativamente poucos países, com 75% de todos os migrantes internacionais concentrados em 12% de todos os países⁴.

Em 2010, entre os países a receber o maior número de migrantes encontravam-se os Estados Unidos (42,8 milhões), a Rússia (12,3 milhões) e a Alemanha (10,8 milhões)⁵. Quanto aos países a enviar o maior número de migrantes, na linha da frente estavam a China (35 milhões), a Índia (20 milhões) e as Filipinas (7 milhões)⁶.

O facto de utilizarmos o termo “migrante” e não “imigrante” resulta de estarmos a utilizar uma perspectiva transnacional ao abordarmos o fenómeno.

As recomendações internacionais das Nações Unidas e, mais recentemente, da União Europeia (UE) apontam como critério de definição do que é considerado “imigrante” a mudança de residência para um outro país por um período superior a um ano. A recente recomendação da UE, por exemplo, adoptada no Regulamento nº 862/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de Julho de 2007 relativo às estatísticas comunitárias sobre migração e protecção internacional, define “imigração” como “a acção pela qual um indivíduo que residia habitualmente num Estado-Membro ou num país terceiro estabelece a sua residência habitual no território de outro Estado-Membro por um período cuja duração real ou prevista é, no mínimo, de doze meses” (Faustino, Peixoto & Baptista, 2009, p. 45).

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)⁷, a nacionalidade e o local de nascimento são os dois critérios mais comumente utilizados pelos países para definir a população imigrante. A população nascida no estrangeiro (*foreign-born population*) abrange todas as pessoas que alguma vez migraram do país onde nasceram para o país onde residem. A população estrangeira é constituída por pessoas que ainda têm a nacionalidade do seu país de origem ou de origem dos seus pais e pode incluir pessoas nascidas no país de acolhimento.

⁴ United Nations' Trends in Total Migrant Stock: The 2003 Revision.

⁵ United Nations, Trends in Migrant Stock: The 2008 Revision, data in digital form.

⁶ World Migration 2005: Costs and Benefits of International Migration (OIM).

⁷ OCDE – Organization for Economic Co-operation and Development (www.oecd.org).

As diferenças existentes entre os países quanto ao tamanho da população nascida no estrangeiro e quanto à população estrangeira dependem das regras que regem a aquisição da cidadania em cada país. Em alguns países, as crianças nascidas no país automaticamente adquirem a cidadania desse país (país onde nasceram), dando expressão ao *ius solis* ou direito de solo. Noutros países as crianças retêm a nacionalidade dos seus pais quando nascem, mas recebem a nacionalidade do país de acolhimento quando atingem a maioridade. As diferenças na facilidade com que os imigrantes conseguem adquirir a cidadania do país de acolhimento explicam parte das diferenças na “contabilidade” entre países. De uma forma genérica, o critério dos nascimentos no estrangeiro fornece percentagens de população imigrante substancialmente mais elevadas do que a definição baseada na nacionalidade. Isto tem que ver com o facto de muitas pessoas nascidas no estrangeiro adquirirem a nacionalidade do país de acolhimento e deixarem de aparecer como estrangeiros nas estatísticas.

O local de nascimento, no entanto, não muda, excepto se houver alterações nas fronteiras. Assim, segundo a OCDE, a população imigrante consiste nas pessoas residentes num país, mas nascidas noutro, considerando que a definição baseada na nacionalidade, utilizada num certo número de países, reflecte uma visão legal da imigração.

O fenómeno imigratório em Portugal

De acordo com a OCDE (2011), dados exactos sobre os fluxos migratórios em Portugal são difíceis de obter, porque as fontes disponíveis misturam diferentes situações, tais como novas entradas e alterações no tipo de visto dos estrangeiros. Como tal, torna-se difícil registar a real expressão da imigração, especialmente da entrada de cidadãos da União Europeia.

Por outro lado, há estrangeiros naturais de Portugal que nunca imigraram. Nesta situação incluem-se uma larga parte dos nascidos em Portugal filhos de pais, ambos estrangeiros, sendo o princípio do *ius soli*, que estabelece como critério originário de atribuição de nacionalidade o território onde nasceu o indivíduo, só aplicável, de acordo com a legislação em vigor, mediante certas circunstâncias. A alteração à Lei da Nacionalidade Portuguesa introduzida pela Lei Orgânica nº 2/2006, de 17 de Abril, veio reforçar este princípio como critério de atribuição e aquisição da nacionalidade. No

entanto, o sistema continua a privilegiar o *ius sanguini* ou direito de sangue. Na aquisição originária por filiação não há praticamente outros requisitos, enquanto para o *ius soli* há normalmente a regra da legalidade dos pais.

Todos estes factores fazem crer que existam discrepâncias entre os valores reais e os constantes nos dados oficiais. Os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), utilizados neste trabalho, contam como imigrantes apenas aqueles cidadãos detentores de título de residência e os estrangeiros a quem foi prorrogada a permanência de longa duração, com vistos de estada temporária (SEF, RIFA 2011, p. 15)⁸. Só estes são considerados residentes; todos aqueles que ainda não tenham a autorização de residência (AR) ou que, por outro lado, já tenham adquirido a nacionalidade, não constam nas estatísticas.

A história recente da imigração em Portugal começa na década de setenta. Até então, era um país, essencialmente, de emigração. Devido à saída de cidadãos nacionais, nomeadamente com destino à Europa e às então províncias ultramarinas, os fluxos migratórios em Portugal registavam um saldo claramente negativo. Este fenómeno alterou-se profundamente com a revolução de 25 de Abril de 1974 e com a subsequente independência dos actuais países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP).

Segundo Baganha (2005, p. 31), o fim do império colonial português provocou o retorno a Portugal de meio milhão de nacionais, dos quais 59% tinham nascido na metrópole. Os restantes incluíam os seus descendentes, bem como pessoas de naturalidade e ancestralidade africana de nacionalidade portuguesa. O Decreto-lei nº 308-A/75, de 24 de Julho, ao retirar a nacionalidade portuguesa a uma parte substancial destes portugueses, criou retroactivamente uma comunidade “imigrante”, de ancestralidade africana, que foi crescendo devido a um processo de reunificação familiar. Em 1981 existiam 27 mil nacionais dos PALOP, que representavam 43% da população estrangeira legalmente residente em território nacional.

Com o surgimento da Lei da Nacionalidade de 1981, definiram-se as condições de acesso à nacionalidade portuguesa, onde foram incluídos os cidadãos oriundos daqueles territórios. O caso mais significativo ocorreu com a comunidade cabo-verdiana residente, a

⁸ Relatório sobre Imigração, Fronteiras e Asilo de 2011

qual continua a ocupar uma posição de destaque entre as comunidades estrangeiras em Portugal (SEF, RIFA 2009, p. 14).

Em 1986, com a entrada de Portugal para a Comunidade Económica Europeia (CEE) e com os investimentos em construção de infra-estruturas que desde então se verificaram, as oportunidades de trabalho indiferenciado fizeram crescer o mercado de emprego. Estas oportunidades vieram atrair um número crescente de familiares e conterrâneos africanos que tinham permanecido nos seus países após a independência. Como o meio de entrada legal mais expedito e eficaz era o recurso aos vistos de curta duração, isto fez com que um número crescente de imigrantes dos PALOP sem autorizações de residência se radicasse em território nacional, em especial na área metropolitana de Lisboa. Ou seja, formou-se uma bolsa de clandestinos que, desde meados dos anos oitenta, cresceu ininterruptamente e cuja presença era tanto do conhecimento público como das autoridades competentes (Baganha, 2005, p. 31).

Apesar desse conhecimento, não houve, até ao início dos anos noventa, qualquer iniciativa legislativa para regular o fluxo migratório ou a presença crescente de imigrantes em Portugal. Só em 1992, com a adesão ao acordo de Schengen, o então ministro da Administração Interna, Dias Loureiro, lançou um processo de Regulação Extraordinária (Decreto-Lei n.º 212/92, de 12 de Outubro), que incluía medidas de discriminação positiva em relação aos nacionais de países de língua oficial portuguesa. O objectivo político era limitar a entrada de mais imigrantes até que as comunidades que já existiam no país estivessem integradas. No entanto, nada de substancial foi alterado na concessão de vistos de curta duração (Baganha, 2005, p. 32). Segundo o SEF (2009, p. 18), este processo permitiu a concessão de um título provisório pelo período de um ano e veio a traduzir-se na emissão de títulos de residência, nos termos da lei geral, nos anos de 1993 e 1994, dando origem a um crescimento da população estrangeira, que passou de uma média anual de cerca de 5%, para 8 e 10%, respectivamente. Ou seja, os imigrantes continuaram a entrar, tal como tinha acontecido na década de oitenta, só que agora em maior número (Baganha, 2005, p. 32).

Os anos noventa caracterizam-se pela consolidação e crescimento da população estrangeira residente, com destaque para as comunidades oriundas dos países africanos de expressão portuguesa, do Brasil, que estava a braços com uma crise económica que vinha já dos anos oitenta, e dos países de Leste, pois com a entrada em vigor, em Março de 1995, da Convenção da Aplicação de Schengen, deixou de ser necessária a consulta prévia para a

concessão de visto aos nacionais da Rússia, Ucrânia, Roménia e outros países do Leste europeu.

Em 1996 dá-se uma nova Regularização Extraordinária (Lei n.º 17/96, de 24 de Maio, que permitiu a emissão de um título provisório anual, renovado pelo período de três anos) que produziu os seus efeitos nos anos de 1999 e 2000, com um aumento da população estrangeira residente entre os 7 e 8%, por via da emissão de títulos de residência (SEF, 2009, p. 18). Dos 35 mil processos recebidos, 90% deram origem à emissão de um título de residência, o que fez reduzir drasticamente o número de ilegais (Baganha, 2005, p. 33). Este período, segunda metade da década de noventa, coincidiu também com a construção da Expo 98, da ponte Vasco da Gama, da auto-estrada do Sul e, um pouco mais tarde, dos estádios do Euro 2004, o que exigiu uma disponibilidade de mão-de-obra significativa, que Portugal não dispunha e que a imigração veio resolver.

Em 2001, a alteração da lei de estrangeiros (Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 4/2001, de 10 de Janeiro) permitiu a regularização de trabalhadores estrangeiros por conta de outrem, através da figura da autorização de permanência (AP), a qual, decorridos cinco anos, facultava o acesso à autorização de residência (SEF, 2009, p. 18). Segundo Baganha (2005, p. 34), nas vésperas da promulgação deste decreto, sabia-se estarem a residir ilegalmente no país pelo menos 41.401 pessoas, das quais uma parte significativa era oriunda do Leste Europeu; foi para promover a legalização destes imigrantes e para responder às fortes pressões dos *lobbies* da construção civil e obras públicas e da indústria do turismo que ele foi promulgado. De facto, segundo o SEF (2009, p. 19), neste processo, evidenciaram-se, pela primeira vez, os imigrantes provenientes da Europa Central e Oriental (cerca de 101.000 de entre as 183.000 AP concedidas - 2001-2003), com destaque para os cidadãos ucranianos, com um total de 65.000 concessões.

Ao contrário do que havia acontecido em anteriores regularizações extraordinárias, que eram destinadas a legalizar imigrantes entrados no país até determinada data, este decreto só permitia a legalização de trabalhadores imigrantes detentores de um contrato de trabalho previamente registado no Ministério do Trabalho. O que isto revela é que, se anteriormente se tinha visado a inclusão social de imigrantes, nomeadamente oriundos do PALOP, com projectos de vida de longo prazo em Portugal, em 2001 o que se fez foi validar *a posteriori* o funcionamento do mercado, recorrendo a autorizações de residência

válidas por um ano e renováveis até um máximo de cinco, para responder à necessidade temporária de mão-de-obra (Baganha, 2005, p. 35).

O Decreto-Lei 34/2003, de 4 de Julho, parecia ter como objectivo vir alterar este quadro de primazia do mercado e de precariedade no acolhimento e integração de imigrantes, para dar lugar a uma política efectiva de integração dos imigrantes, ao revogar o regime das autorizações de permanência, estabelecendo um limite máximo de entradas de imigrantes económicos e exigindo para a concessão do reagrupamento familiar uma real ligação do requerente ao país. No entanto, a medida não resultou, porque os imigrantes continuaram a entrar preferencialmente com vistos de curta duração e a fixar-se ilegalmente no país (Baganha, 2005, p. 36).

Assim, foi publicado o Decreto Regulamentar n.º 6/2004, que segundo Baganha (2005, p. 36), nada mais fez do que introduzir novamente mecanismos de regularização extraordinários. Segundo o SEF (2009, p. 19), na verdade, em 2005 e 2006, os valores alcançados (de redução no número de AP e de prorrogação de AP) ficaram a dever-se a enquadramentos legais específicos; a saber o pré-registo de cidadãos estrangeiros, nos termos do artigo 71.º (do Decreto Regulamentar n.º 6/2004, de 26 de Abril), e o regime excepcional, aplicável a cidadãos brasileiros, decorrente do Acordo Luso-Brasileiro sobre Contratação Recíproca de Nacionais (Acordo Lula).

Em 2007, com a entrada em vigor da nova lei de estrangeiros (Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho) regista-se novamente uma descida significativa no número de AP, assumindo especial significado a emissão de AR ao abrigo dos regimes excepcionais previstos, nomeadamente nos seus artigos 88.º, n.º 219, e 89.º, n.º220, bem como o efeito das suas disposições transitórias (cf. artigo 217.º), sobre a conversão de todos os tipos de vistos de longa duração e autorizações de permanência em autorizações de residência (SEF, 2009, p. 20).

Em síntese, segundo Baganha (2005, p. 38), esta última fase da política de regulação dos fluxos (até 2004) saldou-se, mais uma vez (à semelhança do que havia acontecido nos anos 1980 e 1980), por um rotundo fracasso e pela constituição de uma nova bolsa de ilegais. Segundo o SEF (2011, p. 15), no início do século XXI, novos fluxos do Leste europeu assumiram um súbito e inesperado destaque, em especial no caso da Ucrânia, país que rapidamente se tornou numa das comunidades estrangeiras mais representativas, sendo

que a primeira década do presente século se caracteriza por um crescimento sustentado da comunidade estrangeira residente no país.

Actualmente, de acordo com os dados do SEF relativamente a 2011 (SEFSTAT, 2012), existem 436.822 estrangeiros residentes em território nacional, o que representa uma diminuição relativamente ao número registado em 2010, que era de 445.262 (SEFSTAT, 2012)⁹. No entanto, o elenco das comunidades mais relevantes não se alterou. Entre as seis principais, o Brasil mantém-se como o país de origem da maior comunidade, com um total de 111.445 residentes, decrescendo face a 2010, mas representado 25,5% do total das nacionalidades estrangeiras residentes em Portugal. A comunidade ucraniana permanece como a segunda comunidade estrangeira mais representativa (48.022 – 11%), seguida da cabo-verdiana (43.920 – 10.1%) e da romena, a única comunidade que registou um acréscimo dos seus residentes (39.312 – 9%). Vêm depois Angola (21.563 – 4,9%) e a Guiné-Bissau (18.487 – 4,2%).

Os estrangeiros residentes em Portugal encontram-se concentrados predominantemente na zona litoral do país, com destaque para os distritos de Lisboa (188.259), Faro (68.953) e Setúbal (45.158), coincidindo com as áreas onde se concentra parte significativa da actividade económica nacional (SEF, 2011, p. 17)¹⁰. A soma da população residente nestes três distritos representa cerca de 69,2% do valor total do país (302.370 cidadãos, face ao universo de 436.822), expressando a assimetria na distribuição da população estrangeira pelo território nacional. O decréscimo de população estrangeira verificado nestes três distritos (-0,2%), face a 2010, é inferior ao decréscimo total (-1,9%). Além daqueles distritos, destacam-se ainda, por esta ordem, os distritos do Porto (24.824), Leiria (16.720), Santarém (14.322) e Aveiro (13.716).

Em síntese, o decréscimo do *stock* da população estrangeira residente em Portugal poderá configurar uma nova tendência na evolução desta população face à evolução ocorrida no início deste século. Os principais factores explicativos desta inflexão estão relacionados com o aumento do acesso à nacionalidade portuguesa (ao abrigo da actual Lei da Nacionalidade) por parte de estrangeiros residentes, a alteração dos processos migratórios em alguns países de origem (nomeadamente Brasil e Angola) e os efeitos da

⁹ População estrangeira residente em território nacional, em 2011

¹⁰ Relatório sobre Imigração, Fronteiras e Asilo de 2011

actual crise económica e financeira em Portugal, que se traduziu numa redução do investimento e do emprego (SEF, 2011, pp. 15, 16)¹¹.

Imigração nepalesa em Portugal

Breve retrato do país de origem

Situado no sul da Ásia, mais exactamente no colo dos Himalaias, o Nepal, oficialmente República Democrática Federal do Nepal, é o país do Monte Everest e berço de Buda. Kathmandu é a capital da nação e a maior cidade deste país de geografia diversificada e rico em cultura e religiões¹².

Limitado a norte pela República Popular da China e a sul, leste e oeste pela Índia, ocupa uma área de 147.181 km² e tem uma população de 26.620.809 pessoas, de acordo com o censo de 2011¹³. De entre o total da população, 3,2% são imigrantes, sendo que a OIM prevê que entre 2010 e 2015 a taxa líquida de migração seja negativa (0,6 migrantes por cada 1000 habitantes), o que significa que haverá mais pessoas a sair do país do que a entrar¹⁴. Os principais países de destino são a Índia, a Malásia, os países do Golfo Pérsico (Qatar, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Kuwait), e também os Estados Unidos da América (EUA) e a Europa¹⁵.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), tendo por base o poder de compra e o acesso a condições de saúde e a educação, o Nepal encontra-se em 157º lugar entre os 187 países que compõem o índice de progresso e desenvolvimento humano¹⁶. Uma das razões para que o país se encontre nesta situação é o facto de ter sido palco de um conflito armado que durou dez anos e que terminou em Novembro de 2006 com a assinatura de um Acordo de Paz Global por uma aliança composta por sete partidos, pelo

¹¹ Relatório sobre Imigração, Fronteiras e Asilo de 2011

¹² <http://www.nepal.gov.np/?option=ngdir&page=countryprofile> (consultado em 30 de Maio de 2012)

¹³ <http://census.gov.np/> (consultado em 15 de Junho de 2012)

¹⁴ <http://www.iom.int/jahia/Jahia/nepal> (consultado em 30 de Maio de 2012)

¹⁵ http://www.nepal.iom.int/index.php?option=com_content&view=article&id=32&Itemid=38&lang=en e http://archives.myrepublica.com/portal/index.php?action=news_details&news_id=26639 (consultado 15 de Julho de 2012)

¹⁶ <http://www.iom.int/jahia/Jahia/portugal> (consultado em 30 de Maio de 2012)

governo do Nepal e pelo Partido Comunista (maoista) do Nepal. A guerra teve como resultado a perda de milhares de vidas, a existência de milhares de deslocados e uma degradação substancial das infra-estruturas. Além disto, segundo a OIM, as inundações e os deslizamentos de terras sazonais são comuns, estando ligados ao desmatamento de florestas, especialmente nas zonas montanhosas.

O Nepal é um país com uma população jovem. Em 2010¹⁷, a percentagem da população entre os zero e os 14 anos era de 36%. A esperança média de vida à nascença estima-se que situe, entre 2010 e 2015, nos 69 anos para as mulheres e nos 67 anos no caso dos homens. Para o mesmo período, prevê-se que a mortalidade infantil se situe nos 35,8 casos em cada mil nascimentos (no caso de Portugal é de 4,1, para que se possa comparar). Quanto à educação, não existe escolaridade obrigatória, embora a educação seja gratuita até ao oitavo ano. 84% (86% homens, 82% mulheres) da população possui a escolaridade básica e 43.5% (46% homens, 41% mulheres) possui o nível secundário.

Figura 1 – Mapa do Nepal



Fonte: <https://maps.google.com/maps>

¹⁷ <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Nepal> (consultado em 30 de Maio de 2012)

Os nepaleses descendem de três grandes migrações: da Índia, do Tibete e da Ásia Central¹⁸. Entre os primeiros habitantes, encontram-se os Newars do vale de Kathmandu e os aborígenes Tharus do sul da região do Tarai, situada na bacia do Ganges, com 20% de terra pertencente ao Nepal, e maior produtora de arroz do país. Os ancestrais das castas Bramane e Chetri vieram da Índia, enquanto outros grupos étnicos têm as suas origens na Ásia Central e no Tibete, tais como os Gurungs e os Magars no oeste, os Rais e os Limbus no leste, e os Sherpas e os Bhotias no norte. Grande parte da sua população é física e culturalmente similar à população indo-ariana do norte da Índia. As pessoas com esta origem e também as com origem na Mongólia vivem dispersas nas regiões montanhosas. O vale de Kathmandu, por outro lado, representa apenas uma pequena fracção do país, mas é a região mais densamente povoada, com mais de 7% da população.

História e Política¹⁹

A história registada do país centra-se no vale de Kathmandu e começa com os Kirantis, que se diz terem governado a partir do século VII ou VIII A.C. Antes deles, julga-se que terão sido os Gopals a governar. Eram pastores, mas pouco mais se sabe acerca deles. Nos anos 300 D.C., os Lichavis, vindos do norte da Índia, derrubaram os Kirantis. Embora tenham enriquecido o país com arte e arquitectura, seriam os Mallas, que tomaram o poder no ano 1200, a marcar o país pela sua criatividade.

Durante os 550 anos em que reinaram, os Mallas construíram um número surpreendente de palácios esplêndidos com praças pitorescas alinhadas com templos de grande beleza arquitectónica. Durante o seu governo, a sociedade nepalesa e as cidades tornaram-se bem organizadas, foram introduzidos os festivais religiosos e incentivou-se a música, a literatura e a arte.

Após a morte de Yaksha Malla, o vale foi dividido em três reinos: Kathmandu (Kantipur), Bhaktapur (Bhadgaon) e Patan (Lalitpur). A rivalidade entre estes reinos levou à construção de grandes palácios e à elevação das artes e da cultura. Por esta altura, o Nepal como o conhecemos hoje foi dividido em cerca de 46 principados independentes. Grande

¹⁸ <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5283.htm> (consultado em 1 de Junho de 2012)

¹⁹ http://archives.myrepublica.com/portal/index.php?action=news_details&news_id=26639;
<http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Nepal>; <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5283.htm> (consultado em 30 de Maio e 1 de Junho de 2012)

parte da história do vale de Kathmandu nesta época foi registada por frades capuchinhos, que por ali passavam quando iam ou vinham do Tibete.

Um dos reis desses principados, o de Gorkha, de nome Prithvi Narayan Shah embarcou numa missão de conquistas que levou à derrota, em 1769, de todos os reinos do vale (incluindo Kirtipur, que era um Estado independente). O país era frequentemente chamado de Reino de Gorkha, origem do termo “gurkha”, usado para designar os soldados nepaleses. Ao invés de anexar os estados recém-adquiridos no seu reino, Prithvi Narayan decidiu mudar a capital para Kathmandu, estabelecendo a dinastia Shah, que governou um Nepal unificado entre 1769 e 2001, quando o último governante Shah, Gyanendra, abandonou o poder para abrir caminho à democracia, sob o domínio de um primeiro-ministro.

Após 1800, os sucessores de Prithvi Narayan Shah revelaram-se incapazes de manter um controlo firme do Nepal. Seguiu-se um período de instabilidade, agravado pela derrota contra os britânicos na chamada guerra anglo-gorkha, entre 1814 e 1816. Nesta, os nepaleses perderiam cerca de um terço do seu território para o império britânico. A estabilidade viria a ser restaurada depois de 1846, quando a família Rana chegou ao poder. Em meados do século XIX, Jung Bahadur Rana tornou-se o primeiro primeiro-ministro do Nepal, exercendo com poder absoluto. A família entrincheirou-se numa sucessão hereditária de primeiros-ministros e reduziu o rei Shah a mera figura representativa. Começou assim o reinado hereditário dos Ranas, que durou 104 anos, durante os quais os reis Shah não tiveram qualquer poder efectivo.

O regime Rana, uma autocracia altamente centralizada, seguiu uma política de isolamento do Nepal a influências externas, a qual por um lado ajudou o país a manter a sua independência nacional durante o período colonial britânico, mas por outro, também impediu o desenvolvimento económico do país.

Os Ranas acabariam por ser derrubados por um movimento democrático nos anos 1950, com o apoio improvável do monarca do Nepal, o rei Tribhuvan, descendente directo de Prithvi Narayan Shah. Logo depois da queda das Ranas, o rei Tribhuvan Shah foi restabelecido como chefe do Estado. Durante os anos 1950, vários esforços foram feitos para delinear uma constituição para o Nepal que estabelecesse uma forma representativa de governo, baseada no modelo britânico.

No início de 1959, o filho de Tribhuvan, o rei Mahendra, consagrou uma nova constituição, e as primeiras eleições democráticas para uma Assembleia Nacional foram realizadas. O Partido do Congresso Nepalês saiu vitorioso e o seu líder, Bishweshwar Prasad Koirala, formou governo e constituiu-se como primeiro-ministro. No entanto, em 1960, o rei Mahendra acabou por dissolver o parlamento, destituindo o primeiro governo democrático.

Em 1972, ao rei Mahendra sucedeu o seu filho de 27 anos, o rei Birendra. Em resposta a manifestações de estudantes e actividades anti-regime, em 1979, o rei Birendra convocou um referendo nacional para decidir a natureza do governo do Nepal - a continuação do sistema Panchayat com reformas democráticas ou o estabelecimento de um sistema multipartidário. O referendo foi realizado em Maio de 1980 e o sistema Panchayat conquistou uma vitória apertada. O rei realizou as reformas prometidas, incluindo a selecção do primeiro-ministro, Krishna Prasad Bhattarai.

Nos anos 1990, após vários anos de luta, os partidos políticos banidos reuniram coragem suficiente para iniciar um movimento popular. Assim, o país foi a eleições em Maio de 1991. O Partido do Congresso Nepalês (PCN) obteve 110 dos 205 lugares, conseguindo formar governo e promulgando uma nova constituição em Novembro de 1991, que consagrou direitos humanos fundamentais e estabeleceu o Nepal como democracia parlamentar sob uma monarquia constitucional.

Em meados de 1994, o parlamento foi dissolvido devido a desentendimentos dentro do PCN. As subsequentes eleições gerais, levadas a cabo em Novembro de 1994, não deram a maioria a qualquer partido. Gerou-se assim um governo de minoria, liderado pelo Partido Comunista do Nepal-Unido Marxista Leninista (CPN-UML). Isto fez com que o Nepal se tornasse a primeira monarquia comunista, com Man Mohan Adhikary, como primeiro-ministro. Os cinco anos que se seguiram viram suceder-se cinco instáveis governos de coligação e o início da insurreição maoista.

Em Fevereiro de 1996, os líderes da Frente Popular Unida Maoista iniciaram uma violenta rebelião contra a monarquia e o governo eleito, com assassinatos, torturas, ataques bombistas, raptos, extorsões e intimidações de civis, da polícia e de oficiais públicos, em mais de 50 dos 75 distritos do país. Mais de 13.000 pessoas morreram durante o conflito.

A 1 de Junho de 2001, toda a família real, juntamente com muitos de seus parentes próximos, foi dizimada. O massacre foi atribuído ao príncipe herdeiro Dipendra, que se diz ter matado todos eles, sozinho, e, finalmente, ter dado um tiro na cabeça. Apenas sobreviveram o seu único irmão, Gyanendra, e a respectiva família. Assim, Gyanendra foi coroado rei.

Apenas durante um curto período de tempo o novo rei tolerou o governo eleito. Numa súbita reviravolta nos acontecimentos, em Outubro de 2002, Gyanendra demitiu o primeiro-ministro Deuba e assumiu o poder executivo. Também todo o conselho de ministros foi dissolvido e foram então convocadas eleições para a casa dos representantes. O rei apontou Lokendra Bahadur Chand para primeiro-ministro, com directivas que incluíam a criação de um ambiente de paz e segurança e eleições para os corpos locais e para a casa dos representantes.

Em Janeiro de 2003, sob a governação de Chand, o governo e os maoistas declararam o cessar-fogo. Isto marcou o segundo cessar-fogo com os maoistas, já que o primeiro, resultante de negociações em Agosto, Setembro e Novembro de 2001, tinha sido quebrado por estes, em 2001.

Chand viria a resignar em Maio de 2003, apenas sete meses depois de ter assumido o poder. Isto depois de terem sido feitas duas rondas de conversações de paz que, num esforço de acabar com a instabilidade política, falharam em assegurar o apoio aos partidos políticos liderantes. Ao perceber a deterioração das condições no país, o rei Gyanendra demitiu o governo e constituiu um conselho de ministros sob a sua própria liderança, em Fevereiro de 2005, estabelecendo como objectivo reactivar a democracia multi-partidária em três anos. Subsequentemente, declarou o estado de emergência e suspendeu quase todos os direitos fundamentais por três meses.

Em Abril de 2006, as greves e os protestos de rua em Kathmandu levaram a que fosse imposto um recolher obrigatório de 19 dias e os partidos políticos juntaram forças com os rebeldes maoistas para exercer pressão sobre o monarca errante. Com isto, o rei Gyanendra percebeu ser inútil manter-se no poder e acabou por ceder, concordando em restaurar o parlamento. Girija Prasad Koirala do Partido do Congresso Nepalês foi seleccionado para primeiro-ministro pela Aliança dos Sete Partidos (SPA). Os maoistas declaram o cessar-fogo unilateral em Abril e o governo de Koirala declarou o seu próprio cessar-fogo unilateral em Maio de 2006. Em Novembro desse ano, ambas as partes

assinaram um acordo de paz, pondo fim a uma década de conflito armado e concordaram quanto a um processo de gestão de armamento e a eleições para uma assembleia constituinte. Em 2008, foram feitas as eleições, das quais o Partido Comunista do Nepal (maoista), agora conhecido como Partido Comunista Unido, saiu vencedor. A primeira sessão da assembleia foi em Maio de 2008. Nesta, o Nepal foi declarado república democrática federal, através da abolição da monarquia, com um primeiro-ministro como chefe do governo.

Em Agosto do mesmo ano, Pushpa Kamal Dahal (maoista) tomou posse como primeiro-ministro, mas menos de um ano depois viria a resignar. Em Maio de 2009, Madhav Kumar Nepal, líder veterano do Partido Comunista do Nepal-Unido Marxista Leninista foi eleito o sucessor, mas em Junho de 2010 anunciou a sua resignação, depois de meses de protestos maoistas.

Em Fevereiro de 2011, após 16 voltas de votações, Jhala Nath Khanal (CPN-UML) foi eleito primeiro-ministro. Contudo, seis meses depois também resignou, dando como razão o falhanço em atingir progressos significativos no processo de paz. Em Agosto de 2011, Baburam Bhattarai (maoista) tomou posse como 35.º primeiro-ministro do país e quarto desde as eleições para a assembleia constituinte de 2008.

Economia e Relações Internacionais

O Nepal encontra-se entre os países mais pobres do mundo, com um PIB per capita de cerca de US\$436, em 2009 (o de Portugal no mesmo ano foi de 21.806,9 dólares²⁰), e um PIB nacional de 12.784 milhões de dólares (o de Portugal foi de US\$233.489 milhões no mesmo ano)²¹, situando-se a taxa média de inflação nos 10,4%²². Em 2008, estimava-se que 25% da população estivesse abaixo da linha da pobreza.

A agricultura é a principal actividade económica, empregando mais de 73% da população e contribuindo para um terço do PIB. Apenas cerca de 25% do total da área do Nepal é cultivável, outros 33% são arborizados, e a maioria do resto do território é montanhoso. O arroz e o trigo são as principais culturas alimentares, produzidas com excedente agrícola na planície da região do Tarai, a qual fornece alimentos a áreas com

²⁰ <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Nepal> (consultado em 30 de Maio de 2012)

²¹ <http://data.un.org/CountryProfile.aspx?crName=Nepal> (consultado em 30 de Maio de 2012)

²² <http://www.state.gov/r/pa/ci/bgn/5283.htm> (consultado em 1 de Junho de 2012)

carências alimentares. Devido à dependência do Nepal na agricultura, a quantidade de chuva durante a época das monções influencia fortemente o crescimento económico.

No entanto, o sector agrícola é apenas o segundo maior a contribuir para o PIB, com 32.8%, seguido da indústria com um peso de 14.4%. Ajudado por uma maior estabilidade, o turismo é o principal contribuidor, representando 52,8% do PIB e tendo vindo a crescer desde 2007²³.

O país recebe assistência externa de países como a Índia, o Reino Unido, os Estados Unidos, o Japão, da União Europeia e de várias organizações multilaterais, em que se incluem o Banco Mundial, o Banco Asiático de Desenvolvimento e o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas. Em 23 de Abril de 2004, o Nepal tornou-se o 147º membro da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Desde 1958, as Forças Armadas (FA) nepalesas contribuíram com mais de 75.500 soldados para 35 missões de paz, tais como a Força Interina da ONU no Líbano (UNIFIL), a Força de Protecção da ONU na ex-Jugoslávia (UNPROFOR), a Operação das Nações Unidas na Somália II (UNOSOM II), a Missão da ONU no Haiti (UNMIH), e a Missão das Nações Unidas de Apoio a Timor Leste (UNMISSET). Actualmente, as unidades das FA nepalesas possuem cerca de 4.271 soldados, a servir em 13 missões, das quais as mais importantes são as missões da ONU no Sudão (UNAMID), na República Democrática do Congo (MONUSCO), e no Haiti (MINUSTAH).

Como pequeno país, sem litoral, encarcerado entre duas nações muito maiores e mais fortes, o Nepal procura estabelecer boas relações com a Índia e com a China. Com este último país as relações bilaterais foram formalmente estabelecidas em 1956 e têm em geral, segundo o governo nepalês, corrido bem.

Os fortes laços culturais, religiosos, linguísticos e económicos do Nepal com a Índia fazem com que as ligações entre os dois países sejam tradicionalmente próximas. As relações comerciais foram restauradas em 1990, após uma pausa causada por preocupações com a segurança por parte da Índia, devido às ligações do Nepal com a China. Em 1991, a Índia e o Nepal assinaram um tratado de comércio bilateral, embora esteja sujeito a renovação a cada 5 anos.

²³ <http://www.state.gov/r/pa/ci/bgn/5283.htm> (consultado em 1 de Junho de 2012)

Religião e Cultura

O Nepal é um país de tradições, com um sistema de organização social baseado em castas e onde a religião é algo importante. Só no vale de Kathmandu existem 2.700 cultos religiosos. De acordo com o censo de 2001, 81% da população era adepta do hinduísmo e 11% era budista²⁴. As duas religiões têm co-existido ao longo de várias gerações e muitos dos ícones hindus podem ser encontrados em templos budistas. Alguns deuses e deusas são compartilhados pelo hinduísmo e pelo budismo, embora com nomes diferentes, e as duas religiões têm sido influenciadas por outras religiões baseadas em cultos ancestrais e animistas, que têm sobrevivido²⁵. Existem ainda minorias islâmicas e cristãs. O governo, apesar de o Nepal ser um estado laico, celebra grande parte dos feriados das duas maiores religiões.

A diversidade que é vista na sociedade nepalesa é reflexo da diversidade de costumes e crenças de cada grupo étnico. Além dos budistas, hinduístas, jainistas, muçulmanos, cristãos, siques e grupos étnicos que seguem as suas próprias crenças e costumes religiosos, há grupos como os Newars, que seguem os costumes religiosos hindus e budistas, mas têm ainda rituais exclusivos. De entre todos os costumes e rituais, as regras do casamento são particularmente interessantes. Nas famílias tradicionais, os casamentos são arrançados pelos pais e consentidos depois que o homem ou a mulher atinja a maioridade. Entre as pessoas com mais educação, os casamentos por amor começam, apesar de tudo, a tornar-se comuns. Cada grupo étnico tem um conjunto diferente de rituais para a cerimónia do casamento, embora, em geral, sigam os costumes hindus.

A idade para casar foi fixada legalmente nos 18 anos para as mulheres e nos 21 para os homens, mas a lei não é rigorosamente respeitada. Tanto o casamento de crianças como a poligamia ainda existem no Nepal, especialmente nas aldeias.

Quanto à dieta alimentar básica de um nepalês, é constituída por arroz, que se come com sopa de lentilhas, acompanhada de legumes ou caril de carne. A comunidade Newar tem sua própria cozinha, mais elaborada, bastante original e nutritiva. O arroz batido é também comumente consumido na sociedade nepalesa. Em áreas rurais do Nepal, as pessoas sentam-se no chão e comem com as mãos, enquanto nas cidades muitas pessoas usam talheres.

²⁴ <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5283.htm> (consultado em 1 de Junho de 2012)

²⁵ <http://welcomenepal.com/promotional/know-nepal/religion-festivals/> (consultado em 1 de Junho de 2012)

O abate de vacas é proibido no Nepal e, portanto, a carne é importada principalmente da Índia. No entanto, a maioria dos nepaleses não come carne bovina, substituindo-a pela carne de búfalo. Muitos, especialmente os nepaleses pertencentes às castas Brâmane e Chhetri são vegetarianos, enquanto vários outros grupos étnicos se abstêm de comer diversos tipos de carne.

Outro conceito interessante entre os nepaleses é o de “puro”. “Jutho” refere-se a alimento ou material que contenha saliva de outra pessoa e é considerado impuro pela maioria dos nepaleses. Geralmente, os alimentos não são partilhados entre pessoas, a menos que tenham uma relação muito estreita. Já o estrume de vaca, por exemplo, é considerado puro para ser utilizado para fins de limpeza.

Os nepaleses têm as suas próprias bebidas alcoólicas, como o rakshi feito de arroz (os Newars fazem aila, uma versão mais forte); o chang, bebida de cor branca feita de arroz; e o tongba, bebida parecida com a cerveja, feita a partir de água a ferver deitada sobre milho fermentado mantido num recipiente de bambu ou de madeira, chamado tongba, que dá o nome à bebida. Os Limbos e os Sherpas (castas) são conhecidos por fazerem esta bebida.

O Daura Suruwal e o Cholo Choubandi são os trajes nacionais usados por homens e mulheres nepaleses, respectivamente. Os vários grupos étnicos usam uma variedade de trajes coloridos. Aqueles que vivem na região dos Himalaias vestem roupas que são muito semelhantes, e por vezes idênticas, às que os tibetanos usam no Tibete. Um dos fatos tradicionais mais espectaculares é usado durante os festivais e é chamado de Tharus, com uma infinidade de moedas de prata, combinadas com grandes enfeites que cobrem quase a totalidade da parte superior do corpo.

No dia-a-dia, os nepaleses vestem-se de forma simples, com muitas mulheres nas cidades a utilizar o sari e, nas aldeias, o lungi (ou xaile), a envolvê-las. Os homens geralmente usam calças. Nos últimos anos, a forma de vestir, mesmo nas aldeias, tornou-se mais ocidentalizada. Durante os festivais, a maioria das mulheres hindus usa saris vermelhos. O branco é usado durante o luto e inclui também os sapatos e o chapéu. As mulheres casadas usam uma marca na testa chamada tika, simbolizando a bênção de Deus, que varia de acordo com a ocasião. O gajal preto ou kohl é usado para delinear os olhos das crianças com o objectivo de afastar o mau-olhado.

Línguas maternas do Nepal

De acordo com o “Ethnologue” do Summer Institute of Linguistics (SIL, 2012) existem 126 línguas no Nepal. Destas, 124 são línguas vivas e duas não têm falantes conhecidos. A língua com mais falantes é o Nepali, com cerca de 11 milhões. Esta é também a língua oficial, juntamente com o Inglês, e pertence à família de línguas indo-arianas, trazidas da Ásia Central pelos arianos. O original, ou seja, o indo-ariano antigo, deu origem ao sânscrito a partir do qual derivou o Nepali ou Nepalês, que utiliza o sistema de escrita Devanagiri (ou escrita da cidade dos deuses, às vezes conhecida como Nagari), que deriva da escrita Brahmi da Índia antiga.

Grande parte dos grupos étnicos tem as suas próprias línguas e tipos de escrita, mas a maioria das pessoas sabe falar o Nepalês, que funciona como uma língua franca no Nepal. O Inglês também é amplamente falado, sobretudo nas cidades e pela população mais jovem, pois cada vez mais escolas ensinam a língua.

Comunidade nepalesa em Portugal

Entre os grupos de imigrantes existentes em Portugal, os de origem asiática são os mais significativos entre os de pequena dimensão. Só na primeira década do século XXI começaram a ter expressão, tendo como traço comum, além da origem geográfica, um modo de inserção socioeconómica em que se destacam as microempresas familiares e as actividades por conta própria na área da restauração, do comércio e dos serviços. São populações recentes, que se concentram na região de Lisboa e Vale do Tejo, constituídas, na sua maioria, por adultos em idade activa, ainda com poucas crianças e idosos, pelo que não é claro se seguirão a tendência de fixação definitiva das populações migrantes mais antigas (Pires, Machado, Peixoto & Vaz, 2010, p. 60). Dentro destas, as principais são a chinesa, a indiana, a paquistanesa e a bangladechiana. De acordo com os últimos dados do SEF, correspondentes a 2011, contavam nesse ano 16.785, 5.384, 2.474 e 1.149 membros, respectivamente.

O quadro 1 mostra a evolução das maiores comunidades de origem asiática, de entre um total de 46, desde 2006. Como se pode verificar, já em 2006 as nacionalidades mais numerosas eram as mesmas quatro e, à excepção das comunidades japonesa e iraniana, todas têm crescido, destacando-se a tailandesa, a uzbequistanesa e a nepalesa.

Assim, estes dados mostram que a tendência verificada nestas comunidades contraria a actual tendência de diminuição do número de estrangeiros residentes em Portugal.

A comunidade nepalesa possuía, em 2011, 1.145 indivíduos (SEFSTAT, 2012)²⁶. Destes, 770 eram homens e 375 eram mulheres. Embora no total de 436.822 estrangeiros a residir em Portugal, este número corresponda a uma percentagem muito pequena, a comunidade nepalesa tem vindo sempre a crescer desde 2006, tendo-se tornado em 2011 a quinta maior comunidade de origem asiática.

Quadro 1 – Evolução das principais comunidades asiáticas 2006/2011

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Evolução 2006/2011
China	10.167	10.448	13.331	14.396	15.699	16.785	65,09%
Índia	3.785	4.104	5.519	5.782	5.271	5.384	42,25%
Paquistão	2.205	2.371	2.736	2.698	2.604	2.474	12,20%
Bangladesh	1.090	1.180	1.577	1.346	1.007	1.149	5,41%
Nepal	285	302	560	685	797	1.145	301,75%
Uzbequistão	503	562	851	951	1.075	1.104	119,48%
Geórgia	830	868	1.128	1.172	1.098	1.040	25,30%
Tailândia	126	134	278	455	722	922	631,75%
Cazaquistão	638	596	740	748	740	704	10,34%
Japão	956	938	383	377	368	385	-59,73%
Irão	611	624	177	215	261	339	-44,52%

Fonte: (SEFSTAT, 2012)

No entanto, é de realçar que estes valores dizem respeito apenas a estrangeiros com autorização de residência. Se considerarmos os dados não oficiais da Non Resident Nepalese Association Portugal (NRN)²⁷, a maior associação internacional da diáspora nepalesa com presença em vários países, incluindo Portugal, este número ascende a cerca de 4.000 pessoas oriundas do Nepal, a residir, maioritariamente, na região de Lisboa.

Quanto à dispersão regional, esta informação é coincidente com a fornecida pelo SEF, que registou 914 nepaleses a residir em Lisboa. A mesma fonte não oficial aponta

²⁶ População Estrangeira Residente em Território Nacional, por país de origem, em 2010.

²⁷ <http://www.nrn.org.np/nrna/nccportugal.php> (consultado em 5 de Julho de 2012)

como principais factores de atractividade de Portugal, a facilidade em conseguir a autorização de residência, o clima e as perspectivas de melhoria de vida. Quanto às actividades económicas, destaca-se a área da restauração. Ainda assim, o número de desempregados dentro da comunidade, segundo a NRN, é muito significativo.

Síntese

A comunidade nepalesa é das mais pequenas a residir em Portugal, porém, tem crescido ininterruptamente desde 2006. Com origem sul-asiática, tem uma história relativamente recente no nosso país, que tem sido pouco estudada. Por seu lado, enquanto país de origem deste grupo de imigrantes, o Nepal possui um historial de conflitos e de relação com um colonizador (mesmo que nunca tenha sido de facto colonizado), que o torna um país conturbado, que consta nos últimos lugares do ranking de desenvolvimento humano. Ao mesmo tempo que o país luta por um futuro de crescimento económico e de desenvolvimento humano em clima de paz, uma significativa parte da população vê-se obrigada a emigrar, sendo as remessas dos emigrantes uma das principais fontes de receitas do país.

Portugal surge para esta comunidade como país de acolhimento com uma história e cultura diferentes e a Língua Portuguesa surge como uma língua estrangeira que necessita aprender para sobreviver e se integrar. Contudo, da sua aprendizagem depende não só a integração, como uma construção identitária que será forçosamente diferente devido ao conhecimento (ou desconhecimento) da Língua Portuguesa.

É exactamente sobre estes conceitos que se debruçará o próximo capítulo – integração e língua. Por agora, as questões que colocamos derivam da inicialmente colocada: o que caracteriza esta comunidade em termos culturais?

- Porque escolheram estes imigrantes Portugal para país de destino?
- Qual a imagem que tinham de Portugal antes de chegarem ao país?
- O que pensam hoje de Portugal e dos portugueses?
- Pensam regressar ao Nepal?

- Quais as semelhanças e diferenças que encontram entre as duas culturas?
- No processo de imigração, o que ganharam e o que perderam?
- E a segunda geração, que identidade está a construir?

CAPÍTULO II Integração e língua de acolhimento

Introdução

Se no início do século XX, a incorporação de imigrantes nas sociedades procurava a “assimilação” destes, actualmente fala-se em “integração”. Que modelos têm sido desenvolvidos ao longo dos tempos para contemplar a existência de diversas culturas dentro de um mesmo país?

No âmbito da integração dos imigrantes, o saber a língua de acolhimento assume um carácter prioritário. De que forma tem a relação entre “língua” e “integração” sido tratada nas várias disciplinas das ciências sociais e humanas? Que políticas relativas à imigração têm sido tomadas pelo Estado português com enfoque no conhecimento da Língua Portuguesa? Uma mais fácil adaptação ao país de acolhimento pode constituir uma motivação para a aprendizagem da língua. Qual a importância da motivação nesta aprendizagem?

Constatando que o acesso à nacionalidade não é a única motivação para aprendizagem da língua, abordaremos neste capítulo os temas da motivação como importante factor na aquisição de uma língua, o de competências e o de público-alvo, pois só sabendo quem é o público-alvo aprendiz de uma língua, as suas necessidades comunicativas e as suas motivações, se pode desenvolver, de forma adequada a uma comunidade (público), toda uma estratégia de ensino/aprendizagem.

Da assimilação à integração

A partir do momento em que a imigração deixou de ser vista simplesmente como um meio de aumentar a população para passar a ser vista como algo culturalmente significativo, que exige reconhecimento e apoio governamentais, os países que se confrontam com populações onde se inserem grupos culturais distintos começaram a

aceitar que a *assimilação* não era mais possível ou desejada pela maior parte dos grupos. Como respostas alternativas ao Modelo Clássico de Assimilação, surgiram o Modelo da Assimilação Segmentada e o Modelo Multiculturalista. Já nos anos 90, os estudos sobre transnacionalismo vieram oferecer uma nova perspectiva sobre a relação dos imigrantes com os seus locais de imigração.

Até aos anos 1980, o conceito de *integração* assentava na *teoria clássica da assimilação* (Park, 1950), criada no início do mesmo século, fruto da Escola de Sociologia de Chicago. Segundo os seus princípios, a integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento implicava a assimilação dos seus valores, regras, atitudes e comportamentos característicos, o que se traduzia num processo de *aculturação* (Gordon, 1964). Esta visão tinha por base a existência de um Estado-nação forte e coeso que garantisse a ordem e equilíbrio sociais. Assumia-se que a organização da sociedade já estava estabelecida à partida e que quem ali chegasse teria de se adaptar, adoptando os padrões culturais da comunidade de acolhimento.

No entanto, com as mudanças que se começaram a operar no mundo, que deram origem a uma sociedade cada vez mais global em que as economias passaram a funcionar à escala mundial, os movimentos de pessoas acentuaram-se e a própria autonomia dos Estados começou a ser posta em causa. Cada vez mais as sociedades ocidentais confrontam-se com a existência de diversas culturas e a relação entre imigrantes e quem os acolhe mudou.

A assumpção de uma assimilação padronizada começou a ser questionada por vários estudos empíricos que demonstraram que, ao contrário da ideia linear de que a integração implicava perda de identidade étnica, existiam grupos de imigrantes capazes de a preservar ao longo de várias gerações (Portes & Fernández-Kelly, 2007; Mirotshnik, 2008; Pires S., 2009; Rosales, Jesus & Parra, 2009). O factor tempo passou a ser considerado pelos investigadores sociais, que desenvolveram estudos em que a permanência das famílias imigrantes na sociedade de acolhimento passou a ser tida em conta.

Em 1990, Rubén Rumbaut e Alejandro Portes inauguraram um Estudo Longitudinal da Segunda Geração de Imigrantes nos Estados Unidos (ELFI).

“O motivo que nos levou a voltar a nossa atenção para os filhos foi a constatação de que os efeitos de longo prazo da imigração na sociedade norte-americana seriam determinados menos pela

primeira do que pela segunda geração, e que o prognóstico para esse resultado não era tão róseo quanto as teorias dominantes da época pretendiam levar-nos a crer.” (Portes & Fernández-Kelly, 2007, p. 1)

A hipótese era a de que uma trajetória de assimilação uniforme não dava conta do que efectivamente estava a acontecer aos imigrantes na sociedade norte-americana e que, em vez disso, o processo se havia segmentado em vários percursos distintos, alguns levando a trajetórias ascendentes e outros a trajetórias descendentes – *modelo de assimilação segmentada*. Os resultados reflectiram as barreiras à adaptação encontradas pelos jovens de segunda geração nos Estados Unidos e os recursos sociais e económicos que eles e as suas famílias possuíam para enfrentá-las.

Em 1996, foi publicada uma versão mais refinada do modelo. Nesta, os autores demonstraram como o processo se desenvolve no tempo e apresentaram os efeitos que o contexto escolar, os resultados académicos e a *aculturação selectiva*²⁸ têm sobre ele.

O primeiro conjunto de efeitos indicou que o contexto escolar tem uma influência considerável nas trajetórias adultas e que o êxito académico e a ambição educacional detêm um forte papel inibidor sobre a assimilação descendente, ao eliminar o efeito do estatuto socioeconómico dos pais ou da primeira geração. Um segundo conjunto de efeitos estava associado à aculturação selectiva, mostrando que elementos associados a esta poderiam reverter o poder de determinantes exógenas de contextos de severa desvantagem social: a educação autoritária e impeditiva da aculturação excessivamente rápida; a presença de pessoas significativas, como professores efectivamente interessados no sucesso do aluno, programas de assistência externa; e, por último, o uso de competências culturais e memórias familiares trazidas do país de origem.

Em síntese, o que a teoria da assimilação segmentada veio salientar foi a diferença que o nivelar o terreno para os filhos de imigrantes em situação de desvantagem poderá ter no sucesso destes na sociedade de acolhimento. Para os autores “*tornar o sucesso menos excepcional entre essa população deveria ser uma política pública prioritária*” (Portes & Fernández-Kelly, 2007, p. 44). Para alcançar esse resultado, as medidas sugeridas poderão servir de inspiração para outros países como Portugal: criação e apoio de programas escolares

²⁸ Processo relativo a imigrantes acolhidos em fortes comunidades co-étnicas, em que aprender Inglês e costumes norte-americanos ocorre concomitantemente à preservação de elementos-chave da cultura parental (Portes & Fernández-Kelly, 2007, p. 19)

voluntários, promoção de padrões de aculturação selectiva pelas escolas e criação de esquemas de incentivo para educadores que tenham interesse real no futuro e nas perspectivas de estudantes imigrantes.

Actualmente, os Estados-nação ocidentais em vez de projectarem uma ideia de nação como grupo unificado e culturalmente homogéneo procuram reconhecer que a sociedade contemporânea é constituída por grupos diversos e distintos. As políticas do *multiculturalismo* pretendem privilegiar a aceitação social da diferença enquanto algo legítimo e valioso, em detrimento da assimilação de imigrantes ou de povos indígenas.

Esta evolução na forma como os países passaram de tentativas de assimilação dos imigrantes, da diluição dos seus traços culturais na sociedade maioritária, a uma perspectiva em que a sociedade passa a aceitar essas diferenças culturais, procurando integrar esses cidadãos em vez de os “apagar”, reflecte-se também na mudança de perspectiva relativamente ao objecto dos estudos sociológicos. Anteriormente à década de 1990, o imigrante era visto na perspectiva da sociedade de acolhimento e procurava-se perceber como se adaptava ou era socialmente excluído desta. Hoje, os estudos sobre imigração envolvem uma perspectiva transnacional, ao olhar para as ligações dos migrantes com as respectivas famílias, comunidades e tradições, para lá das fronteiras do país para onde migram.

A própria palavra *migrante* em vez de *imigrante* procura reflectir esta nova visão, que se preocupa mais com o movimento do que com o local onde reside actualmente o indivíduo. O conceito de *migrante* reflecte uma noção de transitoriedade, enquanto o de *imigrante* implica a mudança de residência para um outro país por um período superior a um ano. Neste trabalho preferiu-se a utilização do termo *imigrante*, pois apesar de o tempo de residência em Portugal, no caso de alguns imigrantes entrevistados, ser inferior a um ano, entendeu-se que estes imigrantes pretendiam fixar-se em Portugal por tempo indeterminado, logo existe um carácter de permanência na sua estada mais do que de transitoriedade.

Os resultados deste tipo de investigações na área do *transnacionalismo* (Burrell & Anderson, 2008; Mapril, 2009) têm fornecido provas de que, longe de cortar laços, muitos imigrantes mantêm um contacto muito próximo com a família e amigos que permaneceram no país de origem, quer no que respeita a dinâmicas religiosas, económicas e financeiras quer nas relacionadas com activismo político.

Neste âmbito, as questões de identidade são de vital importância para pessoas que atravessam um processo de mudança cultural e que vivem em comunidades transnacionais. Há neste processo um sentido de transitoriedade, em que o migrante vai construindo uma *identidade híbrida* (Gillespie, 1995), composta por múltiplas pertenças, que circulam entre a cultura de origem e a nova sociedade, e em que, simultaneamente, consolida a sua *comunidade imaginada* (Anderson, 1991), composta por co-nacionais a viverem noutros países, que provavelmente nunca se vão encontrar, mas em cujas mentes vive a imagem de uma comunhão entre si, construída com base na pertença ao mesmo país de origem e a uma herança cultural comum.

Assim, pretendemos com esta investigação conhecer a comunidade nepalesa em Portugal, assumindo que mantém ligações ao país de origem, mas que procura integrar-se no país de acolhimento. Como tal, neste processo, interessa-nos saber o papel da Língua Portuguesa enquanto língua de acolhimento na integração de imigrantes.

Língua de acolhimento e integração

Para a comunidade de imigrantes em estudo, Portugal surge como país de acolhimento e a Língua Portuguesa é neste contexto a sua Língua Segunda (L2) ou Língua de Acolhimento, entendida como língua aprendida em imersão no contexto de acolhimento. Língua segunda é um conceito polissémico e pode ocorrer também como sinónimo de língua estrangeira - a língua que a pessoa está a aprender, por oposição à Língua Materna (L1), sendo ainda sinónimo de uma língua para falantes de outras línguas.

É importante não se confundir Língua Segunda com Segunda Língua. Segunda Língua é a língua que cronologicamente se aprende em segundo lugar. Para não gerar confusão, optamos, à semelhança do que já foi feito em outros estudos (Oliveira & Ançã, 2006, p. 4) por utilizar Língua de Acolhimento. De facto, tendo em consideração o grupo alvo deste estudo, este termo cobre melhor o conjunto de ligações que possuem com a Língua Portuguesa. Esta não é a segunda língua que aprendem, mas sim, na maioria dos casos, a quarta: em primeiro lugar aprendem a língua materna - a da sua região; em segundo lugar aprendem a língua oficial do seu país – o Nepali; depois vem a outra língua oficial - o Inglês; e só depois, caso Portugal tenha sido o seu primeiro destino de imigração,

aprendem o Português. Assim, no momento actual esta é a língua do país que lhes dá abrigo, que os acolhe.

Em Portugal, o direito à língua do país de acolhimento assume um carácter prioritário para a integração de imigrantes, patente nas políticas de imigração que têm vindo a ser implementadas. Segundo Maria José Grosso:

“...este direito viabilizará o usufruto dos outros direitos, assim como o conhecimento e a promoção do cumprimento dos deveres que assistem a qualquer cidadão. Conhecer a língua do país de acolhimento não é apenas uma condição necessária e indispensável para se ser autónomo, é também, e sobretudo, condição de desenvolvimento pessoal, familiar, cultural e profissional. O seu desconhecimento constitui uma desigualdade que fragiliza as pessoas, tornando-as dependentes e, por consequência, mais vulneráveis.” (Grosso, Tavares & Tavares, 2008, p. 5)

O Estado português reconhece este direito e consagra-o em documentos oficiais. No primeiro Plano para a Integração dos Imigrantes - PII (DR, 2007), a medida n.º 52, no âmbito das medidas de Cultura e Língua, visava a valorização do ensino do Português como língua não materna:

Promover a implementação, acompanhamento e avaliação das actividades curriculares e extracurriculares específicas a desenvolver pelas escolas e agrupamentos de escolas no domínio do ensino da língua portuguesa como não materna, através da aplicação do documento orientador «Português Língua Não Materna no Currículo Nacional, das orientações Nacionais e disponibilização de instrumentos de avaliação de diagnóstico para definição do perfil de competência linguística e do perfil escolar do aluno e seus critérios de correção». (DR, 2007, p. 8)

Este plano esteve em vigor entre 2007 e 2009. Neste momento está já a decorrer o período de acção do segundo PII, que vigorará até ao final de 2013 (ACIDI, FEINPT & PCM, 2010). Também neste plano um destaque especial foi dado ao ensino do Português a estrangeiros. As medidas 7, 8, 9 e 10, enquadradas na classificação de “Cultura e Língua”, estabelecem a consolidação de programas que visam fomentar o ensino do Português aos imigrantes.

Mas, se por um lado o Estado português cria medidas para promover a aprendizagem da Língua Portuguesa, por outro, exige que um imigrante possua um nível suficiente de conhecimento da língua para poder ter acesso à nacionalidade portuguesa. De acordo com a Lei da Nacionalidade (DR, Lei da Nacionalidade - Lei Orgânica n.º 2/2006,

regulamentada através do Decreto-Lei n.º 237-A/2006 de 14 de Dezembro. Diário da República n.º 239/2006 - I série, 2006), nos termos do disposto no artigo 25.º, para aquisição da nacionalidade portuguesa por naturalização é necessário comprovar que se conhece suficientemente a Língua Portuguesa. A portaria 1403-A/2006, de 15 de Dezembro, relativa à prova de conhecimento da LP estabelece que o conhecimento suficiente em LP corresponde ao nível A2 do quadro europeu comum de referência para as línguas (DR, Prova do conhecimento da língua Portuguesa - Portaria 1403-A/2006, de 15 de Dezembro. Diário da República n.º 240/2006 - I série, 2006).

Do ponto de vista da integração esta dualidade levanta dúvidas, já que se por um lado o Estado parece querer fomentar a aprendizagem da língua, por outro, dificulta o acesso à nacionalidade ao colocar o seu conhecimento como barreira. Afinal o conhecimento da língua de acolhimento é um direito ou um dever? Neste sentido, dificulta ou facilita a integração?

Alguns autores têm salientado a importância do saber a língua ou linguagens culturais (onde se inclui a língua) do país, comunidade ou sociedade de acolhimento na integração. Stuart Hall (2003) na área dos Estudos Culturais refere-se à *língua* enquanto símbolo, igual a outros como a música, as práticas desportivas, o humor, etc. O imigrante necessita de os compreender para que se possa identificar com a sociedade de acolhimento, para que a possa perceber. Cada um desses símbolos actua como uma *linguagem* – como uma prática simbólica que atribui significado ou expressão à ideia de pertença a uma *cultura* ou *identidade* nacional.

Mas além de entender os símbolos ou os *significados* constantes na mensagem recebida, para dialogar com a nova cultura o imigrante tem de conseguir utilizar o mesmo *sistema representacional* para, através dele, transmitir ideias, pensamentos e sentimentos acerca do mundo envolvente. No processo de integração, para que possa existir este diálogo intercultural, tanto os indivíduos nativos da sociedade de acolhimento como os que nela pretendem viver têm de agir com base num esforço mútuo para adaptarem o seu *sistema representacional* e os seus *significados* ao do outro. Neste esforço para comunicar os seus *significados* a outras pessoas, os participantes na sua troca têm de ser capazes de utilizar o mesmo código linguístico. Posto de outra maneira, têm de falar a mesma *língua*. *Língua*, nesta concepção, não se limita a, por exemplo, saber falar Português, mas também a conseguir interpretar imagens, linguagem corporal, expressões faciais presentes na

sociedade portuguesa. Será que a língua de acolhimento, enquanto linguagem cultural da sociedade de destino, viabiliza a obtenção ou a compreensão de outras linguagens?

Para responder a esta questão, recorreremos a Bourdieu (1991). O sociólogo destaca a importância do *capital linguístico* no *campo* ou contexto social. O capital linguístico é para o sociólogo uma forma de *capital social*, entendido este como o conjunto dos recursos, reais ou potenciais, que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento mútuos.

Uma das ideias centrais do trabalho de Bourdieu (1991) é a de que há diferentes formas de *capital social*, não apenas o *capital económico* no seu sentido literal (dinheiro, acções,...), mas também o *capital cultural* (conhecimento, qualificações académicas,...) ou o *capital simbólico* (prestígio, honra,...). Uma das principais características dos contextos sociais, ou *campos* como Bourdieu lhes chama, é a forma como estes deixam que uma forma de capital possa ser convertida numa outra – por exemplo, a forma como determinado tipo de qualificações educacionais podem ser tidas em conta em empregos ou trabalhos mais bem remunerados.

Ao desenvolver uma abordagem em relação à língua e ao intercâmbio linguístico, Bourdieu (1991) elabora e aplica as ideias que compõem a sua *teoria da prática*. Segundo esta, as expressões linguísticas são formas de prática e são sempre produzidas em contextos particulares a que Bourdieu chama *mercados*. As propriedades desses mercados dotam os produtos linguísticos de um determinado valor. Num determinado mercado linguístico, alguns produtos linguísticos são mais valorizados que outros e parte da competência prática dos falantes é saber como produzir (e ter a capacidade de produzir) expressões que sejam altamente valorizadas nesses mercados.

A competência prática dos falantes não é uniformemente distribuída pela sociedade em que a mesma língua é falada. Diferentes falantes possuem diferentes quantidades de capital linguístico, ou seja, diferentes capacidades de produzir expressões para um mercado particular. A distribuição do capital linguístico está ainda relacionada com a distribuição de outras formas de capital, as quais definem a localização de um indivíduo dentro de um espaço social. Portanto, diferenças em termos de sotaque, gramática e vocabulário são indícios da posição social dos falantes e reflexos da quantidade de capital linguístico e de outras formas de capital que estes possuem. Quanto maior for o seu capital linguístico,

mais habilitado um indivíduo está para explorar o sistema de diferenças em seu próprio proveito e, assim, assegurar um *capital de distinção*.

Assim, parece que poderemos concluir que, com base no que diz Bourdieu, o saber a língua de acolhimento, ou o possuir capital linguístico, possibilita um melhor entendimento de outro tipo de linguagens culturais, ou seja, o acesso a outros tipos de capital, como o capital simbólico. Mas, mais do que isto, segundo Bourdieu, de facto a detenção de capital linguístico, quanto maior for, mais favorece o prosperar de um cidadão numa sociedade, conduzindo mesmo ao sucesso económico e social. O saber a língua, especialmente quando se a domina na totalidade, possibilita o acesso a melhores empregos, a relações sociais com outros cidadãos e, portanto, a capital financeiro, social e de distinção. Mas, de novo surge uma questão: as condições específicas que estes imigrantes possuem em Portugal, especialmente os mais recentes, poderão ter uma implicação negativa na participação na sociedade. As condições de igualdade no acesso aos recursos existentes na sociedade podem influenciar esta participação?

Na área da sociologia, Habermas (1997) debruçou-se sobre a sociedade enquanto *espaço público* inclusivo. Nesta ideia está implícita a existência de cidadãos activos, que exerçam os seus direitos, mas para nele participar, é necessário o conhecimento de uma *linguagem*, já que importa que a prática quotidiana da comunicação esteja ao alcance de todos. Assim, o *espaço público* é concebido por Habermas como um espaço social gerado pela actividade comunicacional, mas em que se pressupõe a participação livre dos sujeitos nas decisões e condições iguais de acesso aos espaços de deliberação, aos bens materiais e imateriais que nele circulam, sem intervenção de interesses económicos como meio de organização.

Resumindo, para responder à questão, o que Habermas nos diz é que é preciso saber a língua para ter acesso ao espaço público e que o saber falá-la coloca os indivíduos em situação de igualdade com os outros cidadãos para poder participar na sociedade. Mas, segundo Habermas, não é só a língua que proporciona esta igualdade, os interesses económicos também poderão pôr em causa o livre acesso dos cidadãos aos espaços de deliberação.

Até que ponto os imigrantes, mesmo com a existência de medidas facilitadoras da aprendizagem da LP se encontram em situação de igualdade com os outros cidadãos no acesso aos bens materiais e imateriais da sociedade de acolhimento? Até que ponto essas

medidas colmatam as necessidades de aprendizagem desses imigrantes? Será pretensioso assumir que estas medidas colmatam as necessidades e, como tal, é obrigação do imigrantes aprender a língua? Será obrigação do imigrante aprendê-la? Ou será uma necessidade que possuem para que, através do *capital linguístico*, prosperem na conquista de *capital social*? Algo que procuramos nesta investigação é entender como é que estes imigrantes aprendem a língua. Frequentarão os cursos criados pelo governo? Existem condicionantes à frequência destes cursos? Que dificuldades têm? Até que ponto outros factores cruciais na integração, como a obtenção de um emprego, afectam a aprendizagem da língua? Como poderão estes imigrantes aumentar o seu *capital social* se não aumentarem o seu *capital linguístico*?

Motivação para a aprendizagem do Português - identificação do público-alvo

No contexto da aprendizagem de línguas, admite-se que a motivação tem um importante papel e que determina os primeiros passos, o vigor das actividades cognitivas e que fixa o valor conferido aos diversos elementos do ambiente. O desejo pelo saber é um processo multiforme, biológico, psíquico e cultural: ele conduz o aprendente a dar sentido ao que aprende, aumentando, em retorno, a sua motivação (Cuq, 2003).

A noção de motivação tem essencialmente elementos cognitivos e afectivos. Ela é o resultado da interacção entre factores exteriores - os múltiplos elementos ambientais que têm um papel estimulante ou bloqueador: meio familiar, sociedade, projectos profissionais ou pessoais - e a personalidade ou o estado interno - necessidade e interesse, que mantêm a atenção e o espírito despertos, apesar das dificuldades cognitivas que possam surgir.

Aos primeiros factores dá-se o nome de *motivação externa*, frequentemente desencadeadora da aprendizagem, mas frágil. Os segundos factores designam-se por *motivação interna*, mais sólida, ligada ao prazer da aprendizagem, à curiosidade, à criação ou ao que seria desejável para ancorar a aprendizagem, pois serve de suporte à atenção e ao armazenamento de novos conhecimentos (Cuq, 2003).

A motivação, enquanto atitude que leva à acção, é fundamental na progressão da aprendizagem de uma outra língua e no adquirir das competências que envolvem saber falá-la. Segundo o QECR (2001), dentro destas *competências* podem distinguir-se as *gerais*, que não são específicas da língua, mas às quais se recorre para realizar actividades de todo o

tipo, incluindo as actividades linguísticas, e as *comunicativas*, que permitem a um indivíduo agir utilizando especificamente meios linguísticos. As competências gerais traduzem-se numa série de *saberes*. O *saber* que corresponde a um conhecimento declarativo, ou seja, a um conhecimento do mundo, que resulta da experiência (conhecimento empírico) e de uma aprendizagem mais formal (conhecimento académico); o *saber-fazer*, que consiste na capacidade de pôr em prática procedimentos; o *saber-ser* e o *saber-estar*, que pode ser entendido como a soma das características individuais, traços de personalidade e atitudes que dizem respeito, por exemplo, à visão do indivíduo sobre si e sobre os outros e à vontade de estabelecer um relacionamento social com eles (competência existencial); e o *saber-aprender*, que pode ser concebido como saber como ou estar disposto a descobrir o outro, quer o outro seja outra língua, outra cultura, outras pessoas, quer sejam novas áreas do conhecimento. O *saber-aprender* ou a competência de aprendizagem mobiliza todos os outros saberes.

Para lidar com as situações comunicativas os aprendentes têm de mobilizar as capacidades atrás descritas e conjugá-las com uma *competência comunicativa* mais especificamente relacionada com a língua. Esta competência surge como uma nova concepção da natureza própria da comunicação através da linguagem, que é interpretada não apenas como o emprego de um código partilhado, mas como uma competência mais alargada. Esta concepção está na base da *abordagem comunicativa do ensino das línguas* e ganhou forma particularmente através da distinção efectuada na literatura didáctica de língua inglesa entre *skill* e *ability*. O projecto da abordagem comunicativa pretende passar de uma concepção da aprendizagem de línguas como *skill* (interiorização mecânica do conhecimento de um código), a uma nova concepção, que consiste no conhecimento das convenções do emprego da língua em contexto. Noutros termos, passamos da competência (*ability*) para utilizar os conhecimentos linguísticos à aquisição de um comportamento verbal reconhecido como apropriado dentro de uma dada comunidade de comunicação (Beacco, 2007). Esta *abordagem orientada para a acção* é também aquela adoptada pelo QECR, *na medida em que considera antes de tudo o utilizador e o aprendente de uma língua como actores sociais, que têm de cumprir tarefas em circunstâncias e ambientes determinados, num domínio de actuação específico* (QECR, 2001, p. 29).

No caso dos imigrantes, cujo primeiro objectivo é sobreviver na sociedade de acolhimento, as competências que têm de desenvolver situam-se no nível A2, correspondentes ao utilizador elementar. Segundo o QECR, é neste nível que se encontra a

maioria dos descritores que indicam relações sociais. Como foi dito anteriormente, este é também o nível de conhecimento da língua exigido para a aquisição da nacionalidade portuguesa.

A identificação e caracterização do público-alvo visam a preconização de um dos princípios fundamentais do Projecto de Línguas Vivas do Conselho da Europa - a *centragem no aprendente*. De acordo com este princípio, *a finalidade do ensino/aprendizagem de uma língua estrangeira é que os aprendentes se tornem aptos a comunicar nessa língua para satisfazerem as suas necessidades. O processo de ensino/aprendizagem é, portanto, sempre centrado no aprendente e não na matéria a ensinar. Esta concepção obriga a que os objectivos sejam definidos em termos comunicativos, o que só se pode fazer com base no levantamento das necessidades comunicativas do aprendente* (Casteleiro & al., 1988, p. 3).

O instrumento metodológico criado pelo grupo de trabalho, que integrou este projecto – *Nível Limiar do Português* – destinado a apoiar os agentes de ensino do Português como Língua Estrangeira (PLE) na fase de iniciação, identificou dois tipos de grupos aprendentes de PLE: um *público adulto* de visitantes de Portugal ou de países de língua oficial portuguesa, que pretendem comunicar em Português com falantes desta língua, e um *público de crianças e adolescentes* que aprendem a comunicar em Português em instituições de ensino localizadas fora de Portugal e que poderão vir a deslocar-se para Portugal ou para países de língua oficial portuguesa (Casteleiro & al., 1988, p. 21).

Dentro destes grupos não existe nenhum que particularize especificamente os imigrantes, embora dentro do grupo do *público adulto* o Nível Limiar (NL) identifique um subgrupo *de viajantes que se deslocam a Portugal ou a países de língua oficial portuguesa durante períodos de tempo variáveis, por razões de natureza profissional* (Casteleiro & al., 1988, p. 21). Este é o que mais se aproxima, pelas suas características, do público imigrante. Quanto a necessidades e objectivos comunicativos, o Nível Limiar identifica neste subgrupo necessidades comunicativas relacionadas com sobrevivência, alimentação, repouso, etc. (Casteleiro & al., 1988, p. 24). Quanto a interacções, o NL identifica prioridades nos domínios das relações transaccionais e profissionais, a que se seguem as relações gregárias, relações com os média e relações educativas, em que se inserem os cursos de línguas (Casteleiro & al., 1988, p. 27).

De forma a sistematizar toda a informação sobre o público-alvo, quer sobre as suas necessidades comunicativas quer sobre a sua motivação ou sobre as preferências temáticas,

optamos neste trabalho por realizar um inquérito, que detalharemos no ponto dedicado à metodologia.

Síntese

A motivação para a aprendizagem de uma língua pode ser de vária ordem, mas no caso de uma língua de acolhimento, a necessidade de integração surge, logo à cabeça, como uma motivação primordial. A forma como os imigrantes são “incorporados” numa sociedade tem evoluído ao longo dos tempos, mas se a palavra “integrar” está hoje na ordem no dia nas medidas governamentais quanto à imigração, algumas dúvidas se geram quando no acesso à nacionalidade o saber a língua mais do que um direito surge como uma obrigatoriedade. Será a língua de acolhimento um entrave à integração de um imigrante numa sociedade que se pretende multicultural nos dias de hoje? Poderá um imigrante de facto integrar-se, ser reconhecido pelo resto da sociedade não como um “outro”, mas sim como um igual se não souber falar a mesma língua? Neste contexto, na investigação que nos propomos realizar, partimos da identificação do público-alvo nepalês aprendente de Português e das suas motivações para a aprendizagem desta língua enquanto língua de acolhimento, para podermos entender a sua importância no processo de integração destes imigrantes.

CAPÍTULO III Aprender Português como língua de acolhimento

Introdução

O público imigrante é bastante heterogéneo mas, *não obstante esta heterogeneidade, o essencial das suas necessidades comunicativas em termos de compreensão e de produção, resulta das situações da vida quotidiana, das interações com os portugueses nos múltiplos contactos da vida social e profissional e das tarefas que, neste contexto, e numa língua outra que não a sua, têm de realizar* (Grosso, Tavares, & Tavares, 2008, p. 8). Neste capítulo daremos especial atenção aos domínios de aprendizagem em contexto de imersão e à forma como os imigrantes adquirem a língua.

Aprendizagem em contexto de imersão

A formação linguística elementar tem de corresponder às necessidades específicas da situação particular de imersão linguística. Segundo o referencial UEFOL – Utilizador Elementar Falante de Outras Línguas - em que se descreve aquilo que o utilizador elementar adulto tem de aprender para comunicar em Português:

A compreensão e a análise das necessidades comunicativas do adulto não-nativo recém-chegado dependem de factores múltiplos como as condições de acolhimento e de inclusão. Estas condicionam, de forma geral, uma integração de qualidade e, em particular, a atitude do próprio aprendiz em relação à aprendizagem da língua e aos falantes da língua-alvo, estando em causa uma política de integração que rejeita a assimilação (Grosso, Tavares, & Tavares, 2008, p. 11)

Esta política constava já no primeiro Plano para a Integração dos Imigrantes (Resolução do Conselho de Ministros n°63/A 2007, de 8 de Março – Diário da República n°85, de 3 de Maio de 2007), que assumia como grande finalidade a plena integração dos imigrantes na sociedade portuguesa, assentando num conjunto de princípios orientadores

como o *princípio da interculturalidade, garante da coesão social, aceitando a especificidade cultural e social de diferentes comunidades e sublinhando o carácter interactivo e relacional entre as mesmas, suportado no respeito mútuo e no cumprimento das leis do país de acolhimento.*

A atitude dos aprendentes e o peso que estes atribuem ao conhecimento da língua do país de acolhimento no processo de integração influenciam a própria integração dos mesmos, pois *os indivíduos tendem a agir de acordo com as suas crenças. Quer isto dizer que, à partida, quanto maior for a valorização da língua portuguesa, mais esforço será investido na aprendizagem da língua e, conseqüentemente, melhores serão os resultados ao nível do domínio linguístico e, em última instância, mais habilitado estará o imigrante a entender os autóctones e a fazer-se entender, quer seja no âmbito das relações pessoais quer das profissionais, o que facilitará a sua integração na comunidade de acolhimento* (Ançã & Ferreira, 2007, p. 34)

Os domínios

O conhecimento destes âmbitos, ou *domínios*, segundo o QECR (2001, p. 75), em que os imigrantes terão de entender os portugueses e de se fazer entender por estes, revela-se fundamental para a compreensão das capacidades, das competências e dos papéis que terão de desempenhar na sociedade de acolhimento, pois constituem *elementos fundamentais à determinação das situações de comunicação, das finalidades, das tarefas, dos temas e dos textos que configurarão os materiais e orientarão a actividade do ensinante/formador* (Grosso, Tavares, & Tavares, 2008, p. 14).

Apesar de o número de domínios possíveis não ser determinável, uma vez que qualquer esfera de actividade ou área de interesse pode constituir um domínio de valor a um aprendente, *a prática social da língua para um aprendente adulto surge geralmente como necessária nos domínios público, profissional, privado e educativo* (QECR, 2001, p. 76). É através da recriação de situações de comunicação no âmbito destes domínios (que se entrecruzam) que se faz o processo de ensino/aprendizagem.

Em Portugal, foram criados cursos de formação, no âmbito do programa Português Para Todos (PPTI)²⁹, destinados especificamente a imigrantes, cuja promoção é feita em escolas do Ministério da Educação e em Centros de Formação Profissional do Instituto do

²⁹Sob responsabilidade do ACIDI: <http://www.acidi.gov.pt/es-imigrante/servicos/portugues-para-todos> (consultado em 17 de Maio de 2012).

Emprego e Formação Profissional (IEFP). Segundo o IEFP, *visam facultar à população imigrante residente em Portugal, que comprove não possuir nacionalidade portuguesa e que apresente uma situação devidamente regularizada de estadia, permanência ou residência, o acesso a um conjunto de conhecimentos indispensáveis a uma inserção de pleno direito na sociedade portuguesa, promovendo a capacidade de expressão e compreensão da língua portuguesa e o conhecimento dos direitos básicos de cidadania, entendidos como componentes essenciais de um adequado processo de integração*³⁰.

Estes cursos têm por base referenciais de formação criados especificamente para adultos não nativos³¹, sendo que os módulos contemplam necessidades de comunicação que surgem nos diferentes domínios de actuação social: “Eu e o mundo do trabalho” e “Comunicação e vida em sociedade”, por exemplo. A questão que colocamos é a de saber se estarão estes cursos adequados a todos os imigrantes. Para tal é necessário perceber como é que os imigrantes alvo deste estudo se “apropriam” da Língua Portuguesa. De facto, é nosso objectivo perceber o processo de *apropriação* da língua de acolhimento por estes imigrantes. Utilizamos o termo *apropriação* à semelhança do que é feito em outros estudos (Oliveira & Ançã, 2006, p. 4), porque esta é a designação que consideramos mais adequada para definir genericamente o fenómeno que ocorre, pois de forma mais clara, não sabemos se está em causa um processo de *aquisição* ou um processo de *aprendizagem*, tal como percebidos por Krashen (1985, p. 1). Tal será importante, porque só entendendo de que forma estes imigrantes começam a falar a língua no contexto específico de imersão, se poderão criar medidas que facilitem a aprendizagem do Português e, conseqüentemente, condições concretas de igualdade no acesso à sociedade de acolhimento, sem a qual não se poderá falar de uma verdadeira integração.

Aquisição e aprendizagem

Segundo Krashen (Krashen, 1985, p. 2) *“os humanos adquirem a língua apenas de uma forma – compreendendo as mensagens ou recebendo inputs compreensíveis”*. A esta assumpção Krashen deu o nome de “Input Hypothesis” (Krashen, 1985, p. vii):

³⁰<http://www.iefp.pt/formacao/ModalidadesFormacao/ProgramaPortugalAcolhe/Paginas/ProgramaPortuguesparaTodos.aspx> (consultado em 17 de Maio de 2012).

³¹“Português para Falantes de Outras Línguas”, homologado a 22/04/2008, resultado de uma parceria entre a DGIDC, a ANQ e o IEFP (Grosso, Tavares, & Tavares, O Português para Falantes de Outras Línguas. O utilizador elementar no país de acolhimento., 2008) e Manuais de Português Técnico <http://www.iefp.pt/formacao/ModalidadesFormacao/ProgramaPortugalAcolhe/Paginas/ProgramaPortuguesparaTodos.aspx> (consultado em 17 de Maio de 2012).

“A Input Hypothesis defende que adquirimos a língua de uma forma surpreendentemente simples – quando compreendemos as mensagens. Já tentámos tudo o resto – aprender as regras de gramática, memorizar vocabulário, usar máquinas caras, formas de terapia de grupo, etc. O que nos escapou durante todos estes anos, no entanto, é o ingrediente essencial: o input compreensível³²”. (Krashen, 1985, p. vii).

Tal como formulada pelo autor, a “Input Hypothesis” forma parte de uma teoria mais alargada sobre aquisição de uma segunda língua, que consiste em mais quatro hipóteses (Krashen, 1985, p. 1):

1. *A Hipótese da Aquisição/Aprendizagem*

Existem dois modos independentes de desenvolver competências em segundas línguas. A *aquisição* é um processo subconsciente idêntico em todas as principais características ao processo que as crianças utilizam para adquirir a sua primeira língua. A *aprendizagem* é um processo consciente que resulta em “ter conhecimento” sobre a língua.

2. *A Hipótese da Ordem Natural*

Estabelece que adquirimos as regras da língua numa ordem previsível, com algumas regras a terem tendência a ser alcançadas mais cedo que outras.

3. *A Hipótese do Editor*

A nossa capacidade para produzir declarações noutra língua vem da nossa competência adquirida, do nosso conhecimento consciente. A aprendizagem, ou o conhecimento consciente, serve apenas como um editor. Apelamos à aprendizagem para fazer correcções, para mudar o *output* do sistema adquirido, antes de falarmos ou escrevermos (ou às vezes depois de falarmos ou escrevermos, como no caso da auto-correcção).

4. *A Hipótese do Input ou a Input Hypothesis*

Defende que os humanos adquirem a língua apenas de uma forma – compreendendo as mensagens ou recebendo inputs compreensíveis. Progredimos na

³² Tradução livre. Se tivéssemos de traduzir “Input Hypothesis” seria “hipótese da entrada” ou “hipótese do input”.

ordem natural através da compreensão do input que contém estruturas do nosso próximo nível – estruturas que estão um pouco além do nosso nível de competência corrente. Estamos aptos a entender uma linguagem que contém gramática ainda não adquirida através da ajuda do contexto, o qual contém informação extra-linguística, o nosso conhecimento do mundo e competências linguísticas previamente adquiridas. A Input Hypothesis tem dois corolários:

- a) Falar é o resultado da aquisição e não a sua causa. O discurso não pode ser ensinado directamente, mas emerge por si como resultado da construção de competência via inputs compreensíveis.
- b) Se o input for compreendido e se houver input suficiente, a gramática necessária é automaticamente fornecida.

5. *A Hipótese do Filtro Afectivo*

O input compreensível é necessário para a aquisição, mas não é suficiente. O adquirente tem de estar aberto para o input. O “filtro afectivo” é um bloqueador ou uma barreira mental que impede os adquirentes de utilizarem na totalidade o input compreensível que recebem para a aquisição da língua.

Assim, de forma resumida, o que as cinco hipóteses dizem é que:

“...as pessoas adquirem uma segunda língua apenas se obtiverem inputs compreensíveis e se os seus filtros afectivos foram suficientemente abertos para deixar passar os inputs. Quando o filtro afectivo está aberto e quando os inputs compreensíveis adequados são apresentados, a aquisição é inevitável. De facto, é mesmo inevitável e não pode ser impedida – o órgão mental da língua vai funcionar tão automaticamente como qualquer outro órgão.” (Krashen, 1985, p. 4)

Este processo de *aquisição* admite a existência de uma continuidade entre os contextos formal e informal de apropriação da língua, sendo que as *representações* que os indivíduos fazem deste processo e as suas experiências formais e informais interferem no desenvolvimento de competências na língua-alvo e, portanto, na integração destes imigrantes no país de acolhimento. Além das *representações*, outro dos factores que pode também ser determinante no processo de aprendizagem de uma língua é o da *consciência linguística* (CL)

Consciência linguística

A *consciência linguística* pode ser definida como um fenómeno amplo, característico de falantes e de aprendentes de uma língua, que consiste na capacidade que estes têm de pensar sobre uma língua - língua materna (LM) ou língua estrangeira (LE) - e de verbalizar essas considerações. Dependendo de factores como a idade e o nível de educação dos falantes podem considerar-se vários níveis de especificação da *consciência linguística*. O conhecimento pode variar entre o conhecimento ou saber *implícito* – quando o aprendente utiliza, mas não pensa sobre a regra -, o conhecimento *mais ou menos implícito* – quando o aprendente consegue descrever a regra utilizando as suas próprias palavras – e o conhecimento *explícito* – quando o aprendente é capaz de explicar a regra em termos metalinguísticos. Neste sentido mais restrito, *consciência linguística* consiste na capacidade que o aprendente tem de reflectir sobre a língua estrangeira que está a aprender, de a utilizar e de agir sobre ela, tendo em consideração o seu conhecimento das regras gramaticais. Assim, a *consciência linguística*, como capacidade de reflectir, trata-se de um processo, mas também se trata do resultado desse processo, traduzindo-se na capacidade que o aprendente tem de utilizar o seu conhecimento linguístico (Oliveira & Ançã, 2006, p. 5)

Representação

O conceito de *representação* está incluído neste sentido de *consciência linguística*. A *representação* consiste na imagem que os indivíduos têm da própria língua, a qual vai determinar, não só o processo, mas também as estratégias que os aprendentes colocam ao serviço da aprendizagem e do uso de uma L2 (neste caso língua de acolhimento). O prestígio da língua, as funções que ela desempenha, a sua utilidade, as suas características formais, os seus falantes e a respectiva cultura são todos aspectos relacionados com a *representação*, razão pela qual esta é uma componente essencial desta noção mais alargada de *consciência linguística* (Oliveira & Ançã, 2006, p. 6).

Aquisição

O conceito de *aquisição* de uma língua diz respeito à capacidade de comunicar efectivamente nessa língua. Segundo Stephen Krashen (Krashen, 1985) a aquisição de uma L2 depende do acesso a um input compreensível, ou seja, a elementos falados ou escritos

da língua-alvo. Além do acesso a estes elementos, é necessário, depois, que os aprendentes dessa língua os compreendam e que consigam reagir a eles ou activá-los automaticamente. Quer isto dizer que, para que um aspirante a falante de uma língua saiba de facto comunicar nessa língua, será necessário que tenha capacidade de transformar os *inputs* em elementos compreendidos da língua – *intakes*.

A *aquisição* é um processo inconsciente de interiorização do conhecimento da língua. O contacto com um *input* não implica que o aprendente esteja focado na sua aprendizagem, mas tão-somente na mensagem que está a ser emitida. A *aquisição* resulta num *conhecimento implícito*, pois o aprendente não saberia explicar o processo pelo qual adquiriu os elementos que lhe permitem comunicar numa determinada língua.

Aprendizagem

A *aprendizagem*, por seu lado, trata-se de um processo consciente, pois prevê a existência de um método. Resulta, por isto, num *conhecimento explícito*, já que o aprendente consegue descrever as regras pelas quais aprendeu e estas permitem-lhe não esquecer.

O que Krashen vem dizer na “Input Hypothesis” é que a *aquisição* é a principal responsável pela fluência na L2. A *aprendizagem* serve apenas como um monitor ou editor. O conhecimento consciente das regras é utilizado antes da produção de frases na L2 ou em correcções depois de estas serem produzidas.

Outras das ideias base é a de que adquirimos por via de um *input* compreensível, ouvindo ou lendo. Não se adquire praticando a oralidade. Falar é considerado como um resultado da aquisição, não como uma das suas causas. A produção real da L2 só acontece depois de se ter construído uma competência pela via do *input*, iniciando-se esta competência pela audição da L2 durante períodos de tempo que podem ser muito longos - o que Krashen designa por *silent period* ou período de silêncio (Krashen, 1985, p. 9).

Ao falar do período de silêncio, Krashen dá como exemplo as crianças estrangeiras que, quando chegadas ao seu novo país, durante vários meses não emitem uma palavra na língua de destino. Parece que durante esse período estão simplesmente a absorver os *inputs* do meio e só depois começam a falar. Poder-se-á falar num processo parecido quanto a imigrantes adultos? Poderá acontecer que alguns imigrantes não aprendam a língua, mas que a adquiram?

Síntese

Depois de identificarmos o público-alvo nepalês aprendente de Português e quais as suas motivações para a aprendizagem da língua, é objectivo desta investigação saber como se apropria/aprende a língua. Assim, as questões que colocamos são:

- Como é que estes imigrantes aprendem a falar português?
- Que estratégias utilizam para aprender?
- Será que a apropriação da língua é feita pela aquisição ou pela aprendizagem?

CAPÍTULO IV Metodologia

Esta investigação foi realizada de forma faseada no tempo e procurou responder às três questões que colocámos inicialmente:

1ª - O que caracteriza a comunidade imigrante nepalesa em termos culturais?

2ª - Quais as motivações que levam imigrantes pertencentes a esta comunidade à aprendizagem do Português enquanto língua de acolhimento?

3ª - Como é que estes imigrantes aprendem a falar Português?

Assim, para responder à primeira e terceira questões, a metodologia aplicada foi a realização de entrevistas semi-estruturadas. Aproveitando os contactos já previamente estabelecidos com a comunidade nepalesa de Lisboa e, atendendo ao facto de ser uma comunidade bastante pequena, para a selecção dos entrevistados, foi utilizado o método bola de neve, tendo-se procurado indivíduos com diferentes perfis relativamente ao percurso migratório e em diferentes fases deste processo. O grupo seleccionado procurou reflectir os dados do SEF quanto à divisão por género e a característica de se tratar de uma comunidade constituída por pessoas jovens, pelo que as idades dos entrevistados se situaram entre os 25 e os 40 anos.

Considerou-se ser um método adequado, porque oferece a possibilidade de, seguindo o mesmo guião em cada uma das conversas (anexo 2), se poder colocar outras questões ou conduzir a conversa de forma diferente, consoante o entrevistado. A construção do guião baseou-se nos resultados de 17 inquéritos (utilizados para responder à segunda questão) e numa entrevista em profundidade, realizados em Dezembro de 2010. Esta entrevista em específico incidiu na forma de ver a cultura portuguesa pelos olhos de um imigrante nepalês a residir em Portugal há cerca de 15 anos. Contando com esta, foram realizadas, no total, oito entrevistas semi-estruturadas, sete das quais foram gravadas em suporte áudio e uma foi respondida por e-mail. Conforme o grau de conhecimento de cada

uma das línguas, foram conduzidas em Português e em Inglês, pois o propósito foi o de que os entrevistados se pudessem expressar o melhor possível.

As entrevistas foram realizadas em Abril e Maio de 2011, na sede da NRN e no local de trabalho dos entrevistados, e tiveram a duração de cerca de uma hora. Posteriormente foi feita a transcrição, tendo a análise sido conduzida como é usual neste tipo de estudos qualitativos: as transcrições foram relidas e foram sendo feitas anotações de ideias e conceitos de acordo com o objectivo da pesquisa. Este processo de análise individual de cada entrevista e de análise transversal de todas levou à identificação dos temas centrais, que constam nos resultados.

Quanto à segunda questão, tendo em vista a caracterização do público-alvo nepalês que pretendia aprender Português, fez-se, em 2010, uma primeira abordagem a uma turma de 17 alunos nepaleses, recém-chegados a Portugal, que tinham aulas na NRN. Assim, foi aplicado um inquérito por questionário fechado (anexo 1) a todos os aprendentes que compunham a turma.

Dentro das técnicas de inquirição, esta é a que deixa menor liberdade à pessoa inquirida, pois o questionário fechado é constituído por questões sucessivas, cuja ordem e formulação são fixadas antecipadamente, às quais a pessoa inquirida deve responder, escolhendo numa lista, também construída previamente, a resposta que mais lhe convém (Ghiglione & Matalon, 1993). Foi considerada a técnica mais adequada, pois o público-alvo possuía um fraco conhecimento da Língua Portuguesa.

Pressupôs-se que, se o método de inquirição fosse mais aberto, existiriam dificuldades de expressão. Além disto, pelo facto de a análise ser mais fácil do que, por exemplo, no caso de entrevistas, permite também alcançar um maior número de inquiridos. Por último, permite uma melhor comparação dos resultados obtidos em cada questionário, pois as perguntas e respectivas opções de respostas são iguais para todo o universo em que é aplicado.

Tendo em vista uma melhor adaptação do questionário ao público-alvo, para a sua construção foi consultado um representante da comunidade nepalesa em Portugal, o então vice-presidente da NRN, Bhim Kamal. Para tal, foi feita uma entrevista semi-directiva com carácter exploratório que permitiu tomar as seguintes decisões:

Onde inquirir: os questionários foram aplicados numa aula de Português na NRN, pois todos os imigrantes nepaleses, independentemente das castas ou de pertencerem também a outras associações, são membros da NRN.

Quem inquirir: optou-se por escolher apenas uma turma e aplicar os questionários a todos os aprendentes que estivessem presentes no dia escolhido, de acordo com a sua vontade de colaborar.

Como inquirir:

1. Dados os fracos conhecimentos de Português, as questões foram colocadas em Português e Inglês.
2. Relativamente à questão sobre as qualificações, devido a que os sistemas escolares são diferentes entre Portugal e o Nepal, optou-se por perguntar o número de anos de estudo e se possuíam licenciatura.
3. Quanto à língua materna, devido ao elevado número de línguas existentes no Nepal, optou-se por pôr apenas “Nepalês” ou “Outra. Qual?”.
4. Nas motivações para aprender Português, as várias opções possíveis tiveram por base o conhecimento do vice-presidente da NRN.

CAPÍTULO V Resultados

Para responder a cada uma das três questões, optou-se por apresentar os resultados em três partes:

1ª Parte – Caracterização da comunidade.

2ª Parte - Identificação do público-alvo e motivação para aprendizagem da língua.

3ª Parte: Como aprendem a falar Português?

1ª Parte: Caracterização da comunidade

Nos resultados a seguir apresentados optou-se por manter as citações na língua em que foram feitas, para não ter de se alterar as formas de expressão, que podem conter em si informação relevante sobre, por exemplo, o estado de espírito do indivíduo.

Para manter o anonimato de cada entrevistado, optou-se por colocar apenas as iniciais dos nomes. De seguida faz-se uma pequena apresentação de cada um:

Y.C. – Homem de 33 anos. Está em Portugal há quatro meses³³. Tirou Ciência Política e Cultura. É jornalista, activista dos direitos humanos e colabora com um *website* de informação. Como não é remunerado por estas actividades, está à procura de trabalho. Antes de viver em Portugal, viveu na Alemanha.

H.S – Homem de 33 anos. Vive em Portugal há cerca de cinco anos e é licenciado em Comércio Electrónico. Procura trabalho. Antes de viver em Portugal, vivia no Nepal.

S.B. - Mulher de 25 anos. Vive em Portugal há cerca de dois anos. Tem um MBS (Mestrado em Estudos Empresariais) e, em Portugal, possui, em parceria com o marido, um supermercado e um restaurante. Antes de viver em Portugal, vivia no Nepal.

³³ Tendo como referência a data de realização das entrevistas.

S.A. - Mulher de 31 anos. Está em Portugal há três meses. Deixou a licenciatura em Língua Nepalesa no 3º ano, momento em que foi para Israel. Aí, foi assistente de cuidados paliativos e, em Portugal, procura emprego.

B.K.S. – Homem de 35 anos. Vive em Portugal há quatro anos e, na Europa, está já há dez anos. Tem dois mestrados, um em Silvicultura e outro em Inglês. No Nepal era professor de Inglês e fazia programas televisivos de sensibilização sobre o H.I.V. e o cancro. É dono de um restaurante. Antes de viver em Portugal, viveu na Suécia.

S.S. – Mulher de 28 anos. Vive em Portugal há oito anos. É empregada de mesa num restaurante. Antes de viver em Portugal, vivia no Nepal.

T.S. – Homem de 38 anos. Vive em Portugal há 15 anos. É dono de um restaurante. Antes de viver em Portugal, viveu na Alemanha.

L.P.S. - Homem de 40 anos. Vive em Portugal há 11 anos. É dono de um restaurante. Antes de viver em Portugal, vivia no Nepal.

Porquê Portugal?

A maioria dos entrevistados emigrou do Nepal devido à instabilidade política que se vive no país, sendo normal ter passado anteriormente por outro país europeu, como a Alemanha ou Israel.

“Porque dois anos antes de viver aqui, estive na Alemanha. Depois da Alemanha voltei para o Nepal e fiquei lá dois ou três anos. Quando começou uma guerra contra o rei maoista, saí do país”.
(L.P.S.)

A escolha de Portugal como destino deveu-se, na maioria dos casos, à ideia de que uma autorização de residência é mais fácil de obter neste país do que noutros da Europa. Por outro lado, o facto de já possuírem contactos em Portugal faz com que se torne uma boa opção.

“I came to Portugal, because I was in Israel, there is just money, but here, if I stay here more than five years, I can get everything, I think, I don't know. So my daughter future, my family future maybe it will be good here, so I want to stay.” (S.A.)

Os imigrantes que estão em Portugal há mais tempo já perceberam, contudo, que esta expectativa de que em Portugal é fácil conseguir o que chamam de documentação não corresponde propriamente à realidade.

“Entretanto, quando cheguei, percebi que não era nada do que eu estava à espera. Não era tão rápido.” (T.S.)

Outra das razões apontadas é a sensação de que em Portugal não há discriminação:

“Não há discriminação. Há muitas coisas... por exemplo, a gente tem a mesma... igual ao Nepal... as cores... Fisicamente não somos muito diferentes. Porque a gente aqui... vivo em Portugal sendo nepalês, mas as outras pessoas não sabem que eu sou um nepalês, pensam que talvez eu seja um português também”. (H.S.)

Este desejo do imigrante de ser tomado por natural do país de acolhimento parece ser “o sonho secreto da maior parte dos migrantes”, como diz Maalouf (1998, p. 50), mas para tal existe a necessidade de existência de uma reciprocidade, ou seja, é preciso alguma adaptação por parte do imigrante à sociedade que acolhe, da mesma forma, que esta também tem de se adaptar a quem recebe (Maalouf, 1998, p. 53). Este factor é também percebido, na prática, por H.S.

“...mas se alguém vai viver noutra casa, noutra casa, alguma coisa tem que manter, não? Isto não é a nossa casa. Mas, quando nós temos de viver noutra casa, outra cultura, outra comunidade, tem de manter alguma coisa diferente, isso é verdade, isso é normal. (verbo “manter” mal empregue)”. (H.S.)

Qual a imagem que possuem do país?

A imagem que estes imigrantes tinham de Portugal antes de chegarem ao país não parece ter sido muito relevante para a sua escolha como destino, já que alguns não tinham qualquer imagem formada ou referem mesmo que tinham a ideia de que Portugal era um país pobre. Estes factos parecem confirmar as motivações atrás apresentadas, ou seja, o desejo de abandonar um Nepal instável, o aproveitamento das conexões já estabelecidas no país de destino e a suposta facilidade na obtenção de uma autorização de residência. *“I don’t even know about Portugal. I thought Portugal was a poorest country”,* diz B.K.S.

Passados alguns meses em Portugal, a imagem que tinham à partida revelou não corresponder, na maior parte das vezes, à realidade que vieram encontrar. O facto de se trabalhar muitas horas e de se receber um salário baixo é factor de desapontamento, a par de, especialmente os que possuem negócios próprios, considerarem que os portugueses nem sempre trabalham tanto como deveriam: *“they are lazy to fulfill their responsibilities”*, refere S.B. Além disto, a situação de crise que o país atravessa é outra das preocupações.

Alguns revelam o sentimento de possuir uma condição diferente da dos nativos. Estão cá para trabalhar, para conseguir uma vida melhor, mas no início o desconhecimento da língua é uma das maiores barreiras:

“Maybe now is very difficult, because I don’t know Portuguese language, I don’t know here, culture, everything. Maybe, slowly, slowly... I like Portuguese people, because they are “helpy” I think... I like them, but sometimes, it’s not same condition here, because we are here for work, we are here for money, sometimes.... It’s difficult, but I like Portuguese people.” (S.A.)

“Quando cheguei aqui a Portugal, no início, foi um bocado complicado por causa da língua e para me inserir na comunidade, mas agora, mais ou menos, percebo a língua bem. Em qualquer lado aonde vou não preciso de levar outra pessoa para traduzir.” (L.P.S.)

O facto de a comunidade nepalesa em Portugal se organizar em torno da NRN parece ajudar, apesar de tudo, na integração no país:

“Muitos nepaleses cá são muito amigáveis, tá tudo “reunido”, tá tudo ajudando, tá tudo em boa condição. Noutros lados, em muitos países europeus, por exemplo a Bélgica, a Inglaterra tem muitos nepaleses, mas não têm coordenação, não são amigáveis, porque um grupo faz mal para outro grupo. Aqui não é assim. Aqui todos os nepaleses, quem vive em Portugal é muito amigável, há muita coordenação, muita unidade. Por isso é que gosto de viver aqui e, mais outra coisa, é fácil para legalizar e trabalhar para fazer algum comércio, algum negócio”. (H.S.)

Nepal: talvez um dia...

Comum a todos é o desejo de regressar ao Nepal. No entanto, é num tempo indefinido, para morrer, para passar o resto dos dias, para férias. Raros são os que apontam uma data concreta. Verifica-se também que os que já residem há mais tempo no país

começam a perder os laços com o país de origem. Mesmo que possuam família no Nepal, os seus meios financeiros estão em Portugal.

“I will go to Nepal do die. I don’t want to die here. I have my family there. But I rather stay in Portugal, of I need to stay in another country. I like my motherland number one, second number is Portugal, now.” (B.K.S.)

“Se o país melhorar talvez volte para o Nepal, por isso pus a menina a estudar num colégio inglês. Se voltar também não é daqui a muito tempo, cinco, seis, sete anos. Aqui já estou integrado, mas no Nepal não conheço ninguém. Aqui vai gente de várias áreas ao restaurante, actores, ministros. Acabamos por conhecer muitas pessoas na restauração. Se tivermos um bom restaurante é fácil conhecer pessoas.” (T.S.)

Somos assim tão diferentes?

Algumas das diferenças culturais mais apontadas por todos os entrevistados dizem respeito às ligações familiares, sobretudo, à relação entre avós, pais e netos:

“É que quando as pessoas ficam velhos não há ninguém para cuidar. No Nepal não deixam os pais ficar sozinhos e não ficam separados com pais... Se vivem mesmo separados, os filhos cuidam, os netos também cuidam. Aqui não ligam muitos com avós. Ligam, mas deixam viver sozinhos. Lá não.” (S.S.)

“As diferenças que noto entre a cultura nepalesa e a cultura portuguesa é que aqui o pai para o filho dá tudo. Mas muitas vezes o filho para o pai quase não dá nada. Os nepaleses têm uma obrigação de cuidar dos pais e são muito poucas as pessoas que vão deixar os pais. Tudo bem que muitos cuidam porque têm de cuidar, porque a sociedade impõe, porque fica mal. Às vezes, não é com muita vontade. Nesse sentido o Nepal é muito melhor. Nós respeitamos, temos de fazer tudo o que os nossos pais dizem. Em Portugal há mais liberdade. Não é que não pensemos pela nossa cabeça, mas ouvimos pelo menos uma vez os pais. Aqui isso muitas vezes não acontece. Talvez nas camadas mais altas da sociedade até oiçam, mas nas camadas mais baixas está um pouco confuso. Nas de cima ainda há regras. Quando chegamos mais baixo já é um bocadinho trapalhão.” (T.S.)

Outro ponto de distinção é a religião e a estratificação social. A organização por castas e a segregação das inferiores é referida, a par da discriminação das mulheres.

“My society is very traditional, there is gender discrimination, they know about untouchable cast, there are so many casts, when some are higher, some are lower. Lower casts can't touch our food. (Y.C.)

“No Nepal a sociedade ainda é dominada por homens. Hoje já não é tanto, mas ainda é. É uma coisa má. Aqui isso já é diferente. O homem e a mulher são iguais. Aliás, aqui já me parece que dominam as mulheres. Nos anos 60 e 70 ainda eram os homens que dominavam, agora já são as mulheres, mas parece-me que agora até são livres de mais. A minha filha nasceu e está a crescer em Portugal, mas vai ter uma parte da cultura nepalesa. Claro que também vai dominar, porque concordo que todas as senhoras têm de ter os direitos delas. No Nepal as mulheres sempre foram respeitadas. Qualquer livro religioso fala da mulher com grande respeito, mas muitas vezes na prática é o contrário. Ela é respeitada, mas é oprimida.” (T.S.)

Entre culturas: o que se perde e o que se ganha?

As respostas a esta pergunta variam muito, consoante a perspectiva de cada imigrante. Se há aqueles que, por mais que mudem de lugar, por mais que procurem adaptar-se à cultura do país de acolhimento, sentem que nunca vão perder nada da cultura nepalesa, outros há que sentem que estão a perder todos os seus traços culturais.

“I'm not losing anything. I'm physically in Portugal, but my soul is in Nepal... Portuguese people celebrate New Year and we do as well, and Portuguese people like to go dance, to discos and bars, to the beach and we like to go too. And in “pausa” in the restaurant I need to get a rest some times. They do these things. In Portugal is very nice... (B.K.S.)

Além de procurarem adoptar alguns dos hábitos culturais portugueses, alguns dos imigrantes entrevistados procuram fazer um paralelismo entre as práticas religiosas hindus e as cristãs católicas:

“Quando no Natal, lá também há nosso Natal. Não é na mesma altura. É em Setembro e, às vezes, é em Outubro. No nosso festa não tem feriado e por isso que sinto que falta qualquer coisa, mas perder nossa religião nós nunca perdemos... Só que falar Fátima e Jesus Cristo... é igual. Por exemplo, nós temos hindu também... é Ram e Krishna. Jesus Cristo... é iguais. Para mim é iguais. Não tem assim certinho, não. Puja, sabe, não é? Tipo, vocês vão na igreja, acendem as velas, é igual. Faço puja, lembro Deus e mais nada. Mas não é sempre, é de vez em quando.” (S.S.)

Quanto ao modo de vestir, algumas mulheres deixaram o tradicional sari, não sendo claro se sentem isso como uma perda cultural, como algo forçado, como submissão ou como uma simples adaptação para se integrarem melhor na sociedade. O processo de adaptação impele-os a vestirem-se de uma forma mais “ocidentalizada”, mas o conflito interno, em alguns casos, é evidente:

“You know, we are not wearing like this, we have a sari, maybe you know. Like Indian people, we are same culture Indian and Nepali people, so we wear everyday sari like that... But now we are in Europe, so... We can wear like this also, but before, my mother in law, my father in law they don't like that, so... many things it's different... Some differences, but we can change also, we need, because our culture we cannot use here, our dress we cannot use here. We can use, but...” (S.A.)

“Aqueles indianos que vieram de Moçambique, se formos a ver, quase nada mudaram. Ainda andam de sari! Para um nepalês andar de sari sem ser festa é super estranho. As senhoras indianas andam de sari o dia inteiro e, para eles, faz parte da cultura. Por um lado acho que fazem muito bem, por outro acho um bocadinho complicado.” (T.S.)

“Quando estava no Nepal usava roupas diferentes como “culturidade”. Aqui, todos usam a mesma coisa, mais velhos, mais novos... Aqui é diferente, porque se estiver no Nepal todas as mulheres têm de usar outro tipo de roupa. Não é traje... uma roupa de nacionalidade.” (H.S.)

Quanto à influência que a comunidade nepalesa tem na sociedade portuguesa (a pesquisa situa-se apenas em Lisboa) não é de estranhar que a principal seja na comida, já que a principal actividade dos nepaleses em Portugal é a restauração. A existência de restaurantes nepaleses tem também outro efeito, pois permite uma interacção entre os portugueses que os visitam e os empregados que ali trabalham. Nesta relação, mesmo que em Inglês, os nepaleses têm orgulho em descrever as maravilhas do seu país, que estão patentes em quadros e outros ornamentos que enfeitam estes locais. Com isto, sentem estar a promover o seu país e possíveis deslocações de portugueses para visitá-lo. Como descrito atrás, o turismo é uma das principais fontes de receitas do Nepal.

“It depends on the people. I can be influenced by someone and other guy doesn't. My restaurant has Portuguese, Indian and Nepalese food. People say they like Portuguese food, but now they are trying Nepalese food.” (B.K.S.)

“There are here nearly 5000 Nepalese. So many Portuguese people are travelling to Nepal, because of their Nepalese links here in Portugal.” (Y.C.)

Filhos: nepaleses ou portugueses?

Os filhos dos imigrantes, os que já cá nasceram ou aqueles que chegaram quando crianças e que agora são adolescentes, oscilam entre duas identidades, a portuguesa e a nepalesa. Falam Português, têm colegas portugueses, professores portugueses, mas pertencem a uma comunidade recente em Portugal, em que a cultura e a língua de origem permanecem vivas.

Para os pais, aqueles que de facto migraram, esta abertura à sociedade de acolhimento é vista como algo positivo e orgulham-se desta característica do povo nepalês. O lado negativo é a perda dessa cultura originária, que, aos poucos, vai sendo substituída pela cultura portuguesa.

“Ele (o sobrinho) tem 16 anos. Não nasceu em Portugal, mas já cá está desde os 10 anos. Fala perfeitamente Português. Em termos culturais é 50% português, 50% nepalês... O povo nepalês é um povo muito aberto. Ser um povo aberto tem coisas positivas e negativas. Na Ásia, o Nepal é considerado muito livre, não tem nada a ver com outras regiões, é muito mais livre. Livre no sentido de se poder praticar várias religiões, livre na forma como as pessoas se vestem. A parte negativa é que perdemos um bocadinho da nossa cultura. Integramos a cultura do país onde estamos a viver e deixamos um bocadinho a nossa cultura. O que se perde é que, se deixarmos, os nossos jovens são mais portugueses do que nepaleses.” (T.S.)

A manutenção da utilização da língua nepalesa e o incentivo à sua aprendizagem é vista por estes imigrantes como essencial à preservação da cultura nepalesa nas novas gerações que já não vivem no Nepal. O facto de as relações familiares serem muito importantes também tem aqui um peso, pois para muitos existe uma preocupação com a ligação entre os avós e os netos. Se estes não souberem falar a língua do país natal dos pais, como vão comunicar com os avós?

“Nós não falamos muito bem Português, somos pais, além de nós, há outras famílias (familiares) no Nepal. Se um dia volta... não é “se”... um dia vão voltar, não é? Férias, assim, depois passam férias lá no Nepal, o que vão falar? O Português ninguém percebe, os avós também

têm que falar com netos, netos também têm que respeitar, têm que falar com avós. Se não conhece avós e fala português nem vale a pena.” (S.S.)

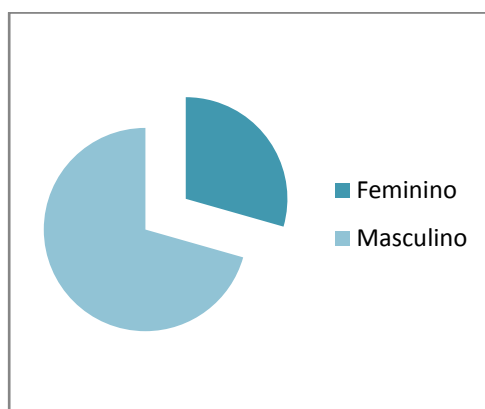
“Por eles um dia, se voltarem ao Nepal, também é complicado se não souberem nepalês. Por exemplo, os meus sobrinhos, ela tem 5 anos e ele 3. Eles já começaram a falar Nepalês aqui, agora ela está no Nepal e já fala perfeitamente Nepalês. Quando ela voltar, fala novamente Português... Eu não penso que eles são portugueses. Eles são nepaleses. Mas daqui por três ou seis anos eles vão sentir que são portugueses.” (L.P.S.)

“Sim, tem de se ensinar Nepalês, porque queremos que os filhos fiquem dentro da nossa comunidade, dentro da nossa “culturalidade”. Queremos manter a nossa cultura, vivendo em qualquer lado, mas são nepaleses.” (H.S.)

2ª Parte: Identificação do público-alvo e motivação para aprendizagem da língua

Tal como descrito atrás, para identificação do público-alvo aprendente de Português, foi aplicado um questionário (anexo 1) a uma das turmas existentes na NRN. Dos 17 inquéritos obtidos, 71% (12) foram respondidos por homens e 29% (5) por mulheres.

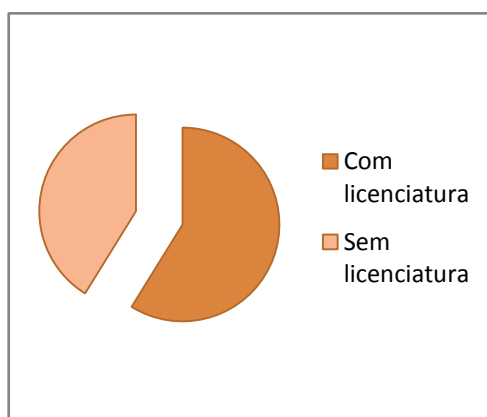
Figura 2 – Divisão por género



A média de idades situou-se na casa dos 30 anos. A pessoa mais nova tinha 21 e a mais velha tinha 40 anos.

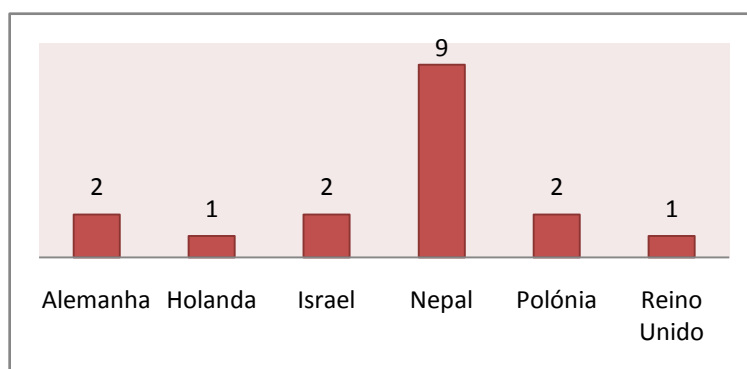
Quanto a qualificações, a turma era bastante homogénea, os aprendentes tinham estudado, em média, 15 anos. O aluno que tinha estudado menos tempo, fê-lo durante 10 anos e a aluna que com mais tempo de estudo, fê-lo durante 19 anos (é advogada). Com o grau de licenciado existiam 10 alunos, 59% do total.

Figura 3 – Qualificações dos aprendentes



O tempo de estadia em Portugal variava entre uma semana e seis meses, mas 76% estava em Portugal há menos de 3 meses, pelo que eram quase todos recém-chegados. Antes de viver em Portugal, a maioria dos estudantes viveu no Nepal, mas existiam também alunos provenientes da Alemanha, Holanda, Israel, Polónia e Reino Unido. Ou seja, os que não tinham vindo directamente do Nepal tinham tido experiências europeias.

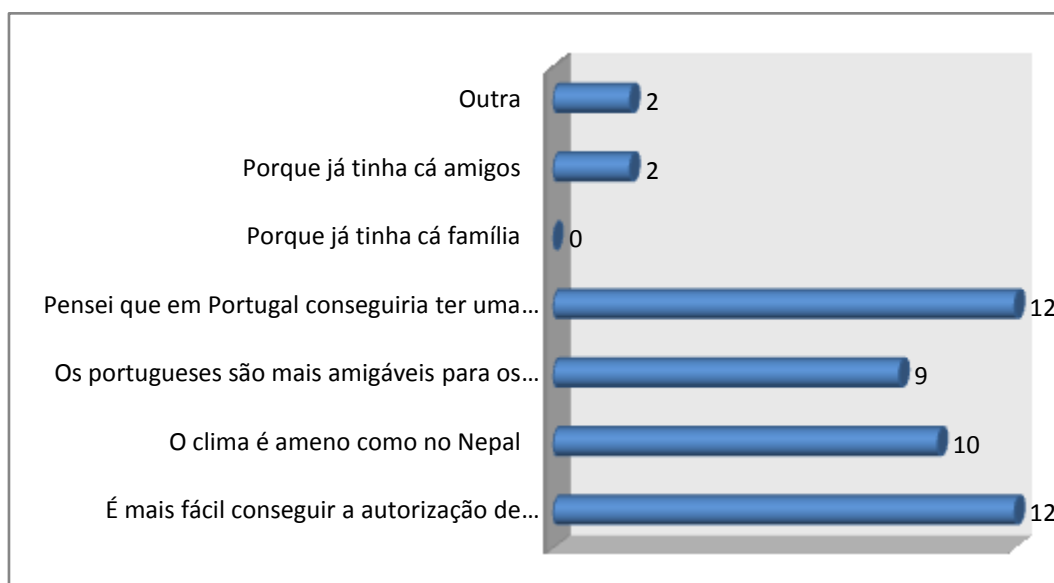
Figura 4 – Residência antes de Portugal



Entre as razões apontadas para terem optado por Portugal como destino de emigração, esteve o facto de, segundo eles, aqui ser mais fácil conseguir a autorização de

residência do que noutros países europeus. Um dos estudantes apontou mesmo como única razão este aspecto. A par do factor “autorização de residência”, as perspectivas de uma vida melhor do que no Nepal foram o outro motivo mais escolhido. O clima e a natureza acolhedora dos portugueses foram também muito focados, sendo que nenhum referiu ter como motivo o ter família em Portugal.

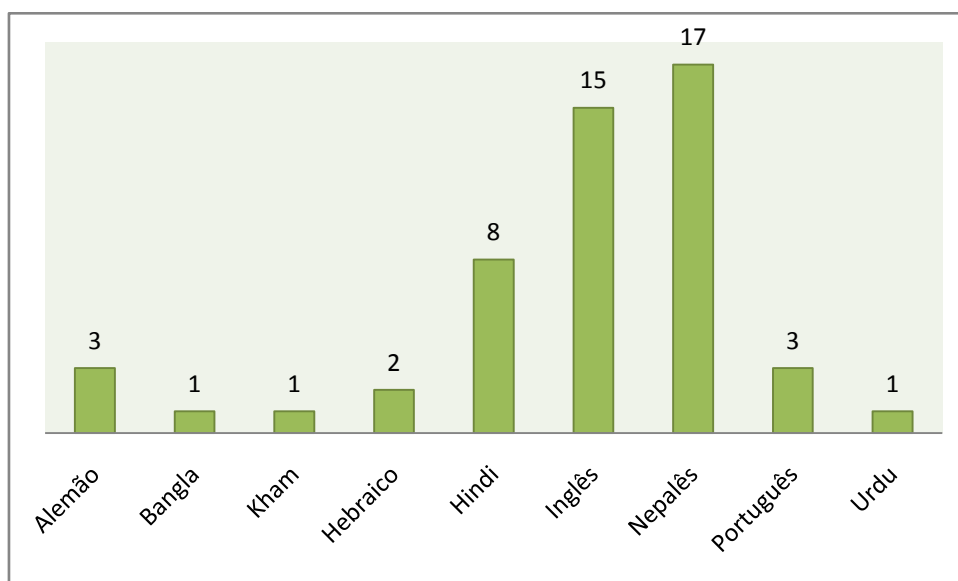
Figura 5 – Razões da escolha de Portugal como destino



No Nepal, exerciam profissões bastantes diversas entre si. Entre as actividades mais comuns estavam a de estudante (5) e a de jornalista (4). Dois deles eram activistas de direitos humanos. Em Portugal, ainda todos procuravam emprego.

Relativamente a questões ligadas às línguas, todos tinham o Nepalês como língua materna. Apenas uma pessoa acrescentou ao Nepalês outra das línguas nacionais nepalesas, o Raji. Entre as línguas faladas encontravam-se, além do Nepalês, o Inglês, o Alemão, o Hebraico, o Urdu, o Bangla e o Kham. Uma das pessoas, que estava há apenas duas semanas em Portugal, referiu o Português entre as línguas que sabia falar (o que se confirma pelo texto produzido). Isto talvez quisesse dizer que a aprendizagem da língua teria sido feita fora do país ou que saiu de Portugal e regressou. Dois outros que também mencionaram saber falar Português estavam em Portugal há seis meses, pelo que já tinham alguns conhecimentos, embora também rudimentares.

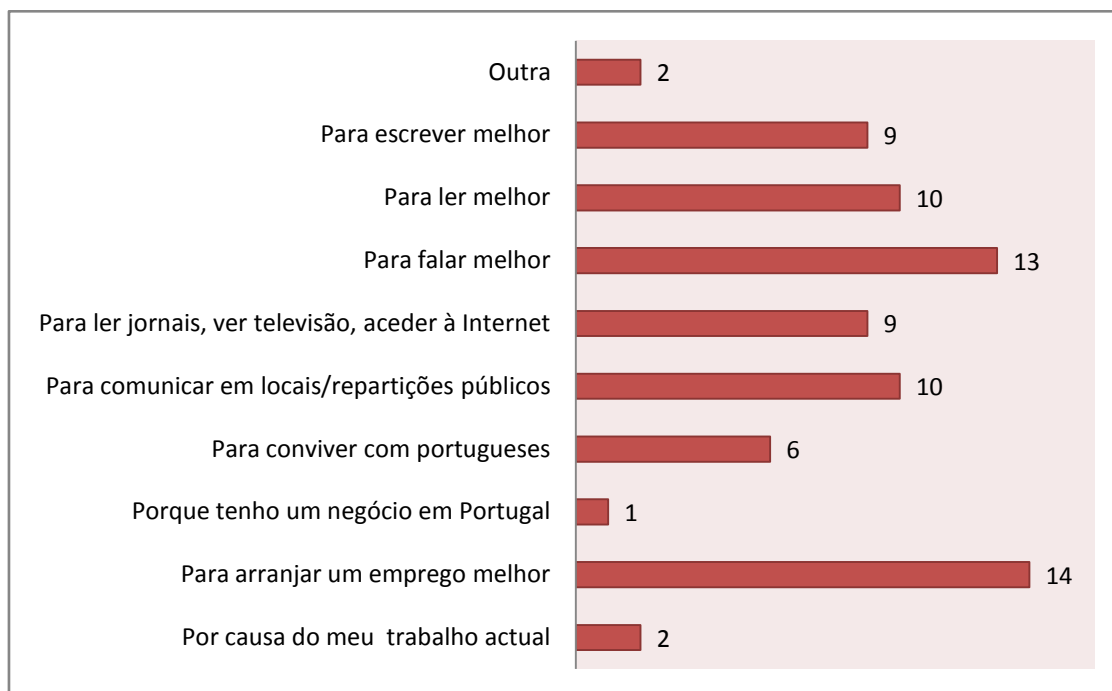
Figura 6 – Línguas faladas



Finalmente, as motivações para aprender Português. A mais apontada foi coerente com a principal razão da vinda para Portugal, ou seja, ter um nível de vida superior ao que tinham no Nepal, o que só seria possível encontrando um emprego. Para consegui-lo, sabiam que tinham de falar melhor o Português e, portanto, este foi o segundo motivo mais apontado. De seguida, surgiu o ler melhor e o comunicar em locais públicos, ambas razões que se relacionam com necessidades básicas de sobrevivência numa outra sociedade. A vontade de se manterem informados foi outra das razões mais referidas, pelo que surgiu logo a seguir o ler jornais, ver televisão (canais portugueses, subentende-se) e aceder a páginas de internet portuguesas.

O desejo de conviver com portugueses também se mostrou evidente. Seis deles escolheram esta opção, o que significa a existência de uma intenção não só de sobreviver noutra país, de arranjar um melhor emprego, uma vida melhor, mas, mais do que isto, uma vontade de integração, pela criação de elos sociais e afectivos com cidadãos nativos.

Figura 7 – Motivações para aprender Português



A esta caracterização há ainda a acrescentar como informação sobre este público que as aulas tinham a duração de uma hora e meia e aconteciam quatro vezes por semana. Os alunos podiam assistir a quantas aulas quisessem por semana, não pagando qualquer valor, daí que o número de presenças na turma variasse consoante o dia da semana.

Outro factor que fazia variar as presenças era a disponibilidade de horários. Embora nesta turma, todos os aprendentes estivessem desempregados, a regra era a de que deixassem de ter tempo ou disponibilidade para frequentar as aulas, assim que conseguissem um emprego.

As aulas decorriam numa sala adaptada para o efeito, mas que reunia apenas as condições mínimas. Não existiam mesas para todos e as cadeiras pertenciam a um restaurante.

3ª Parte: Como aprendem a falar Português?

A maioria dos entrevistados não frequentou um curso formal de Português. Todos adoptaram outro tipo de estratégias para aprender a língua. Neste contexto, os média portugueses revelaram ser ferramentas acessíveis e convenientes de aprendizagem da língua e de fonte de informação sobre a sociedade de acolhimento. Mesmo os imigrantes que estão em Portugal há mais tempo continuam em processo de aprendizagem e fazem uso dos média portugueses com este intuito.

As estratégias de aprendizagem da língua diferem consoante o meio utilizado e o tempo de estadia em Portugal. Os imigrantes mais recentes não compram jornais portugueses, preferindo utilizar a internet para aceder às respectivas páginas e às de canais televisivos portugueses. Recorrem, sobretudo, à tradução com o apoio de dicionários Português-Inglês e a ferramentas de tradução *online* como a disponibilizada pela Google³⁴, *“I copy online and translate through google and I can understand”* (Y.C).

Outra das estratégias utilizadas é a visualização de filmes americanos, falados em Inglês, mas legendados em Português. A utilização de um meio percebido como pertencente a uma “cultura global”, os filmes americanos, mas com legendas em Português, permite-lhes flutuar entre uma zona de conforto já familiar, a da realidade dos filmes de Hollywood, conhecidos pela maioria e a nova cultura. Todos têm conhecimentos, mesmo que básicos, de Inglês e utilizam esta língua como mediadora: *“We can watch English movie, but in the downside is the write in Portuguese language, I see also Portuguese language and I’m listening English”* (S.A).

A visualização de canais portugueses é outra das estratégias de aprendizagem da língua, embora seja mais utilizada pelos imigrantes estabelecidos há mais tempo em Portugal. Isto porque, tendo já conhecimentos de Português, ouvir a língua permite-lhes alargar o léxico e melhorar a pronúncia. A viver há cerca de cinco anos em Portugal, H.S. costumava ver os canais portugueses RTP1, RTP2 e SIC. À pergunta sobre o porquê, respondeu: *“Porque eles são todos em língua portuguesa. Se vou olhar na BBC é tudo em Inglês. Enquanto eu viver num país, tenho de aprender a mesma língua do país onde vivo. Se eu vir canais em que é tudo em Português é mais fácil para aprender a língua portuguesa também”*.

³⁴ <http://translate.google.pt/?hl=pt-PT&tab=wT>

A par da língua, aprendem também algo sobre a cultura e buscam na obtenção de informação sobre a sociedade de acolhimento um modo de se integrarem melhor. Além do papel dos filmes em Inglês e legendados em Português, os concursos televisivos e as telenovelas também se mostram importantes para alguns dos entrevistados.

“I can understand English language and if I look there down (legendas), so it’s easy for learn...Because I want to learn Portuguese language and also I want to learn Portuguese people, how do they talk, how do they dress, everything, so I’m interested, so I watch it (concurso “Quem quer ser milionário”, na RTP1)... If we watch television every day, maybe it will be easy to know how is the Portuguese people and about the culture, so we watch the television.” (S.A.)

Por exemplo, nós vamos ver uma novela, não é? ... e depois “amanhã, também vou ver, nesta hora”... Portuguesa. Brasileira nunca vejo. Para mim é a mais importante... Às vezes, não é todas as coisas parecidas, mas é parecidas, é. No televisão e lá fora é diferente, mas não acho muitas coisas assim diferentes. (S.S.)

A aprendizagem com recurso a um interlocutor nativo é outra das formas utilizadas. Mesmo sentindo-se mais confortável no Inglês, B.K.S salientou esta prática como muito eficaz.

“Actually, I met a lady. I use to teach English to her and she taught me Portuguese and because of her I went to the school. It wasn’t an official course. I didn’t learn many things in school. I use to study myself at home. I use to match what was the difference between Portuguese and English languages. In the school it was with a group. I learn many things: “eu como arroz. Por que eu como arroz?”. But is easier to learn one-to-one. We talk a lot. Who speaks a lot, learns faster. This is the formula of language. That’s why I learnt very quickly compared to other guys. I could practice a lot with that lady.” (B.K.S.)

Alguns afirmam ter aprendido sozinhos, mas identificam um método bastante concreto, com recurso a gramáticas e a dicionários (*“livrinhos, como os de Inglês-Português”*). Mais uma vez, a prática da oralidade é apontada como fundamental para o desenvolvimento do conhecimento da língua.

“Aprendi em casa, sozinho, comprei alguns livrinhos, como os de Inglês-Português e vi na Internet alguma coisa em que tinha dúvidas e procurei todas essas coisas e pratiquei no trabalho. Só isto... Até hoje nem um minuto fui na escola para aprender português, mas tá a andar... Porque eu aprendi em casa alguma coisa “basicamente” e pratiquei lá no trabalho. Então trabalho, lugar de

trabalho, a empresa é escola para mim... Todos portugueses, só eu sozinho era nepalês. Por isso, eles não sabem Inglês e eu não sabia Português. Então tinha nenhuma língua para comunicar. Esta situação faz o aprender obrigatório. Se não falo não tenho trabalho, não tenho vida para comer.”
(H.S.)

Apenas uma das entrevistadas referiu ter frequentado um curso formal de Língua Portuguesa, considerando que fez toda a diferença:

“Fiz, fiz. Fui em Cidade Universitário, no Campo Grande...Achei muito... quando eu vim aqui 2002, em Novembro, e depois comecei o curso, acho que em Janeiro ou Fevereiro, e eu comecei o curso, foi muito fácil para mim depois de acabar o curso, mas tem que estudar, tem que estudar.” (S.S.)

Sumarizando, os principais tipos de estratégias mencionados pelos imigrantes entrevistados foram os que se seguem (Oliveira & Ançã, 2006):

Quadro 2 – Tipos de estratégias de aprendizagem da língua

Categoria	Tipo de Estratégia	Exemplo
Estratégias metacognitivas	Falar mais em Português	<i>“We talk a lot. Who speaks a lot, learns faster” – B.K.S.</i>
Estratégias cognitivas	Ler e ouvir	<i>“We can watch English movie, but in the downside is the write in Portuguese language, I see also Portuguese language and I’m listening English” – S.A.</i>
	Pesquisa documental	<i>“Aprendi em casa, sozinho, comprei alguns livrinhos, como os de Inglês-Português” – H.S.</i> <i>“... quando não sabia falar português, ia no Jardim da Estrela, aqui, levávamos os jornais e dicionário e depois lia uma história e depois,</i>

		<i>quando os coisas não sabia, tirava no papel e depois via no dicionário e depois vai saber mais palavras.” - S.S.</i>
	Transferência	<i>“I use to match what was the difference between Portuguese and English languages” – B.K.S.</i>
Estratégias sociais/afectivas	Interlocutores nativos	<i>“That’s why I learnt very quickly compared to other guys. I could practice a lot with that lady.” – B.K.S</i>
	Prática da oralidade em situações reais, como no trabalho	<i>“pratiquei lá no trabalho. Então trabalho, lugar de trabalho, a empresa é escola para mim...” - H.S.</i>

CAPÍTULO VI Conclusões

O modo como olhamos a vida e o mundo que nos rodeia é determinado pela nossa cultura e pelas culturas com que nos vamos cruzando ao longo do tempo. Cada uma das nossas visões é única, pois o caminho que nos trouxe até àquilo que somos hoje é, também ele, individual. Partilhamos vivências, mas todas elas juntas formam uma identidade, aquilo que cada um é. A identidade de um imigrante, mais do que qualquer outra, é afectada por vivências, por modos de pensar diferentes daquele que possuía à partida, quando ousou deixar a sua terra natal em busca de uma vida melhor.

Estes imigrantes, em momentos diferentes, saíram do Nepal com o objectivo de prosperar num outro país. Embora pretendam regressar um dia, a perspectiva inicial é de se estabelecerem. Nesta busca pela adaptação a Portugal, procuram, simultaneamente, manter os traços culturais trazidos do país de origem. Assim, se por um lado, por exemplo, procuram adoptar alguns hábitos portugueses, como ir à praia; por outro, procuram manter dentro da comunidade o uso do Nepalês. No circular entre uma e outra cultura vão construindo uma identidade híbrida composta por elementos de ambas - fazer *puja* ou acender uma vela numa igreja, rezar a Krishna ou a Cristo, acabam por ser o mesmo. Esta construção não é feita, porém, sem algum sentimento de perda ou de traição à cultura de origem - “o que pensariam os meus sogros se me vissem sem sari e vestida de *t-shirt* e *jeans*?”

O desejo de regressar um dia ao Nepal é comum, mas para que Nepal pensam voltar? À medida que o tempo vai passando vão mantendo a ideia de um país natal que corresponde à imagem daquele que deixaram no dia em que partiram, mas que provavelmente já não existe. Os que estão há mais tempo em Portugal e que regressaram em férias já se depararam com essa realidade e percebem que a rede de contactos sociais e profissionais que possuem em Portugal é agora muito maior do que aquela que possuem no Nepal. “Lá” têm a sua família e os locais que os viram crescer; “cá” possuem filhos que poderão querer ou não regressar com eles.

Se para si próprios terão de encontrar no Nepal um nicho onde se reintegrar, para a segunda geração, aquela que, mesmo podendo ter nascido no Nepal, cresceu em Portugal, já não se trata de reintegração, mas de integração efectiva. Os pais foram construindo essa identidade híbrida em que se consideram mais nepaleses do que portugueses, mas os filhos falam Português melhor do que Nepalês, têm amigos portugueses e agem de acordo com os hábitos, para si perfeitamente normais, da cultura portuguesa. Não foi objectivo deste trabalho estudar a segunda geração de imigrantes, pelo que em outras investigações que se queiram dedicar à mesma comunidade, este poderá ser um objecto interessante.

Na integração em Portugal, a aprendizagem da Língua Portuguesa revela-se crucial e esta é a primeira barreira que encontram quando chegam ao país. Quer nas tarefas do dia-a-dia quer no acesso a um emprego, saber a língua do país de acolhimento é fundamental. Se não a aprendem, vêm-se fechados dentro da sua comunidade, sujeitos a aceitar trabalhos para os quais o contacto com portugueses não é necessário.

Reconhecendo esta necessidade, em Portugal, foram criados cursos de formação, no âmbito do programa Português Para Todos (PPT), destinados especificamente a imigrantes. No entanto, se por um lado *visam facultar à população imigrante residente em Portugal, o acesso a um conjunto de conhecimentos indispensáveis a uma inserção de pleno direito na sociedade portuguesa, promovendo a capacidade de expressão e compreensão da Língua Portuguesa e o conhecimento dos direitos básicos de cidadania, entendidos como componentes essenciais de um adequado processo de integração*, por outro, colocam uma importante ressalva - *é preciso que essa população apresente uma situação devidamente regularizada de estadia, permanência ou residência*.

Aqui surge a segunda barreira, já que muitos imigrantes deixaram um Nepal conturbado e foi também de forma conturbada que entraram em Portugal. Este é um problema. Os imigrantes em causa, os que precisam aprender a língua para poderem conseguir um emprego, um contrato para se regularizarem, não podem aceder a estes cursos. De forma que esta medida promovida pelo governo não é aproveitada por não estar adequada à situação destes imigrantes, já que muitos não estão regularizados.

Para melhorar esta política, além de perceber que ela em si coloca à partida um entrave que resulta num ciclo vicioso – não se regularizam, não podem frequentar cursos de Português; sem saberem a língua, não conseguem contratos de trabalho; sem contratos de trabalho, não se regularizam -, é preciso saber onde e como é que estes imigrantes se apropriam da língua.

Pelos dados obtidos, verificamos que frequentam aulas na NRN, que recorrem a professores particulares ou que, na maioria dos casos, utilizam estratégias auto-didactas. Nestas últimas, uma das práticas que os entrevistados focaram como sendo das mais eficazes foi a da oralidade (com recurso a um interlocutor nativo ou por necessidade, no dia-a-dia). Ao estarem expostos diariamente a *inputs* da língua-alvo, vão adquirindo elementos que lhes permitem, depois, comunicar. A questão está em perceber como conseguem eles transformar esses *inputs* da língua em *intakes*. Ou seja, depois de aceder a elementos escritos ou falados da língua, como conseguem, eles próprios, utilizá-los?

Krashen afirma que não se adquire praticando a oralidade. Para o autor, falar é um resultado da aquisição e não uma das suas causas. A produção real da L2 só acontece depois de se ter construído uma competência pela via do *input*. Para estes imigrantes, segundo o que é relatado nas entrevistas, a prática oral da LP, a que são obrigados, por não possuírem outra língua com a qual possam comunicar eficazmente, parece favorecer esta metamorfose (*input* para *intake*) e, mais do que isso, permite-lhes consolidar o conhecimento adquirido. O exercício da língua, ao ser praticado quotidianamente, assim como o acesso a outros elementos, como à própria vivência cultural dos falantes nativos, possível devido à abertura da comunidade e à necessidade de integração na sociedade de acolhimento, contribuem para esta consolidação. Ou seja, a prática da oralidade, tal como diz Krashen, contribui para um conhecimento consciente da língua. Ao ser consciente não se pode falar de aquisição e, sim, de aprendizagem.

Ao falar, o imigrante está centrado na mensagem que pretende produzir, pois, primeiro que tudo, pretende fazer-se entender. Todavia, embora não esteja preocupado em conhecer as regras ou em saber por que método está, eventualmente, a aumentar o seu conhecimento da língua, o conhecimento que já existe é, por esta via, consolidado. Falando, está a utilizar de forma consciente o que adquiriu de forma inconsciente. Se for corrigido pelo seu interlocutor, este foco no erro chama-o, inevitavelmente, à atenção para o que são as regras e, ao auto-corrigir-se, aplica, ele próprio, o conhecimento consciente de quais estas são. Está pois num processo consciente de conhecimento da língua, está a aprender e não a adquirir. Assim, constata-se que a oralidade vem depois da aquisição e que a prática da oralidade, para estes imigrantes, é uma das principais formas de aprendizagem.

Tal não é de estranhar, pois a necessidade de falar é inerente ao desejo de integração na sociedade de acolhimento. A necessidade de integração obriga ao conhecimento da língua de acolhimento, não só em termos legais (a obrigatoriedade de se

possuir o nível A2 de LP para acesso à nacionalidade), mas também em termos práticos, para qualquer ida ao supermercado ou a algum organismo público. A natureza dos membros da comunidade, que pretendem viver em Portugal durante um período prolongado de tempo, também faz com que queiram conviver com portugueses, o que, como alguns descrevem, não é igual sabendo ou não sabendo a língua. Da mesma forma, para concorrer a qualquer emprego também é fundamental este conhecimento.

A vontade de integração e a representação que fazem da LP (o valor que lhe dão, a imagem que têm dos portugueses, o que pensam da cultura portuguesa, etc.) tornam estes imigrantes mais predispostos à aquisição de elementos da língua e ao exercício, pelo menos, da comunicação oral. A prática leva a uma desinibição da oralidade, a uma maior probabilidade de perceberem os próprios erros e de, por falarem, serem corrigidos por nativos seus interlocutores, o que lhes permite fixar o conhecimento da língua e de melhorar a capacidade de comunicar através desta.

Além da prática da oralidade muitos destes aprendentes possuem outras estratégias de aprendizagem: ver filmes falados em Inglês e legendados em Português, ver na gramática os verbos (ou seja, conhecer as regras), ler jornais e traduzir com recurso a um dicionário de Português-Inglês. Estes são apenas alguns exemplos daquilo que se pode dizer que constitui um método próprio e que permite a estes imigrantes interiorizar de forma consciente o conhecimento.

Assim, o que pensamos que falta fazer, e daí a necessidade de investigações que se debrucem sobre grupos específicos de imigrantes com as respectivas idiossincrasias, é ir ao encontro das necessidades particulares de certos imigrantes. Assumindo que estes cidadãos querem trabalhar e ter uma contribuição positiva para a sociedade de acolhimento é do interesse do país fornecer-lhes condições de acesso ao espaço público, em situação de igualdade com os outros cidadãos, nomeadamente condições que viabilizem a aprendizagem da LP, caso contrário a língua de acolhimento pode mesmo tornar-se num entrave à integração exactamente por ser crucial nesse processo - se não a aprendem não se integram.

De facto, a exigência que é feita pelo Estado português quanto à necessidade do nível A2 de conhecimento da língua pode ter dois entendimentos: um mais nacionalista, que entende que só é suficientemente português quem sabe falar a Língua Portuguesa, independentemente de ter condições para aprendê-la; e outra, mais pragmática, que

reconhece que para actuar no espaço público português e ter uma cidadania plena é mesmo preciso falar suficientemente a língua. O que falta para que possamos optar pela segunda hipótese é que as medidas de fomento à aprendizagem da língua sejam eficazes.

O que verificámos na primeira e segunda parte dos resultados é que à chegada a Portugal estes imigrantes possuem poucos conhecimentos sobre o país e procuram-no por pensarem que mais facilmente aqui do que em outros países europeus conseguem obter autorizações de residência. Depois acabam por ver as suas expectativas goradas. A acrescentar a isto, o conhecimento que possuem da LP, nesse momento, é praticamente nulo, o que os coloca numa situação de desigualdade que é, muitas vezes, cíclica. Ou seja, não sabendo falá-la têm mais dificuldade em dialogar com as instituições públicas às quais têm de recorrer para se legalizarem e para aprender a língua.

Além do mais, o desconhecimento da língua propicia um fechamento dentro da comunidade - se não têm emprego, se não estão regularizados e se não sabem a língua, procuram emprego dentro da própria comunidade. Quando conseguem um contrato de trabalho, eventualmente, poderão tentar a regularização, porém, devido aos horários praticados, deixam de ter disponibilidade para frequentar aulas de Português, nomeadamente as dos cursos criados especificamente para esta população. Consequentemente, ou não aprendem a língua ou procuram aprendê-la sem ser pela via formal, de forma mais lenta, o que provoca o fechamento dentro da comunidade. Se não sabem Português, não conseguem trabalhar para portugueses e não conseguem estabelecer laços sociais com portugueses. Em síntese, a escassez de capital linguístico tem uma implicação negativa no desenvolvimento do capital social.

A identificação do público-alvo que efectuámos neste trabalho, através dos inquéritos, está limitada pelo facto de se tratar apenas de uma turma com alunos do mesmo nível e com um período de estadia em Portugal muito curto, pelo que lançamos o repto para novas investigações que abranjam um universo maior. Ainda assim, através da informação fornecida pelos entrevistados, esses sim com características mais diversas, nomeadamente quanto à sua história em Portugal, pode perceber-se que os que residem há mais tempo falam melhor Português. Como parece natural, à medida que vão utilizando a língua no dia-a-dia vão evoluindo no conhecimento desta, o qual é incrementado pelo recurso a ferramentas de aprendizagem como os média, dicionários e gramáticas.

Sobretudo relativamente aos média, verificamos que são muitas as formas como podem ser utilizados como ferramentas de aprendizagem da língua e da cultura portuguesa: no âmbito da televisão temos os filmes legendados, os concursos televisivos e as telenovelas; quanto à imprensa, temos os jornais e revistas. Estes, utilizados em conjunto com outros meios que a internet disponibiliza, como o dicionário do Google, parecem resultar no processo de aprendizagem que estes imigrantes criam para si.

Verifica-se, também, que são os imigrantes que residem há mais tempo em Portugal que mais têm prosperado economicamente. Naturalmente que um facto está relacionado com o outro. Ao adquirirem uma melhor situação financeira, não têm qualquer motivo para deixar o país que lhes permite essa prosperidade. Mas essa prosperidade pode estar também relacionada com o conhecimento que possuem da língua. O conhecimento que foram adquirindo ao longo do tempo, permitiu-lhes evoluir nos seus negócios, ao facilitar, por exemplo, a relação com clientes e fornecedores portugueses; simultaneamente o desejo de melhorar a relação com estes, e consequentemente o sucesso das suas empresas, agem como uma forte motivação para a aprendizagem da língua.

Percebendo que o capital linguístico se pode transformar em capital social e económico, alguns destes imigrantes, patrões de outros imigrantes mais recentes, procuram que os seus empregados também tenham acesso à aprendizagem da língua, especialmente aqueles que têm contacto com clientes. Assim, há uma propagação em cascata do capital linguístico, que pode conduzir a uma aumento de capital económico e social. Esta constatação aliada à situação que se vive no Nepal podem ser a explicação para que esta comunidade tenha vindo sempre a crescer desde 2006.

Em resumo, verificamos que estes imigrantes, quer os mais recentes quer os mais antigos, têm motivações fortes para aprender Português e que esta aprendizagem tem um impacto directo na sua integração; a maioria não aprende em contexto formal; possuem estratégias próprias de aprendizagem da língua, nas quais as ferramentas mediáticas e a prática pela via da oralidade se revelam eficazes; encontram-se muitas vezes fechados dentro da comunidade, trabalhando para nepaleses; e que, por último, quando começam a trabalhar, deixam de frequentar as aulas.

Com base nesta realidade sugerimos que:

- Se reflecta sobre a limitação imposta pela obrigatoriedade de ter a situação regularizada para aceder aos cursos do programa Português Para Todos;
- Garantindo a gratuitidade que já existe, se procure um modo de proporcionar cursos a estes imigrantes que não impliquem uma frequência presencial assídua dos mesmos ou que se adequem os horários dos cursos presenciais às situações profissionais dos imigrantes;
- Se procurem estratégias de ensino que, tendo por base o que os imigrantes entrevistados já fazem, se utilize de forma mais eficaz os média como ferramentas de aprendizagem, nomeadamente fora do contexto de sala de aula e se fomente a prática da oralidade com recurso a interlocutores nativos.

Na realidade, nada mais estamos a sugerir do que a preconização de um dos princípios fundamentais do Projecto de Línguas Vivas do Conselho da Europa - a *centragem no aprendente*. Ao termos identificado o público-alvo nepalês aprendente de Português, nas suas várias vertentes – caracterização da comunidade nepalesa, motivações para a aprendizagem da LP, necessidades específicas de comunicação, métodos de aprendizagem que já possuem e que parecem resultar – procurámos contribuir para um melhor conhecimento desses aprendentes, reconhecendo que só através deste se poderão oferecer condições efectivas de aprendizagem da LP, sem a qual estes imigrantes não se encontram em condições de igualdade com os outros cidadãos no exercício da sua cidadania e sem a qual não se poderá falar de integração.

Não nos podemos esquecer que, ao falarmos de imigração, falamos de uma viagem entre um país e outro, entre uma cultura e outra, entre aquilo que conhecíamos, que nos era familiar, e o desconhecido, entre o seguro e o inseguro, mas, sobretudo, entre aquilo que fomos e aquilo que passaremos a ser. Quanto maiores forem as diferenças percebidas entre a cultura do imigrante e as culturas com que se vai cruzando, maior e mais traumática será a sua viagem. Os abalos feitos nas suas crenças e os ataques às suas pertenças tornam-no vulnerável. Assim, quanto melhores forem as relações entre ele e os nativos, entre a cultura de origem e a de destino, melhor será a capacidade do imigrante de vingar num país diferente daquele em que nasceu e melhor viverá em sociedade quem chega e quem recebe.

Referências Bibliográficas

ACIDI, A. C., FEINPT, F. E., & PCM, P. d. (17 de Setembro de 2010). *II Plano para a Integração de Imigrantes*. Obtido em 16 de Maio de 2012, de ACIDI: http://www.acidi.gov.pt/_cfm/4d346c9b80687/live/Consulte+a+vers%C3%A3o+do+Plano+2010-2013+em+portugu%C3%AAs

Ançã, M. H., & Ferreira, T. (2007). Integrar em Língua Portuguesa: considerações finais do Projecto Aproximações. In A. L. Oliveira, R. M. Faneca, & T. Ferreira, *Actas do Seminário "Língua Portuguesa e Integração"*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Anderson, B. (1991). *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso.

Baganha, M. I. (2005). Política de imigração: A regulação dos fluxos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, pp. 29-44.

Beacco, J. (2007). *L'approche para compétences dans l'enseignement des langues*. Paris: Didier.

Bourdieu, P. (1991). *Language & symbolic power*. (J. Thompson, Ed.) Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.

Burrell, J., & Anderson, K. (Março de 2008). 'I have great desires to look beyond my world': trajectories of information and communication technology use among Ghanaians living abroad. *New Media & Society*, pp. 203-224.

Casteleiro, J. M., & al. (1988). *Nível Limiar*. Lisboa: Conseil de l'Europe, Strasbourg; D.L.C.P., Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP).

Cuq, J. P. (2003). *Dictionnaire de didactique du français*. Paris: CLE International.

DR. (14 de Dezembro de 2006). *Lei da Nacionalidade - Lei Orgânica n.º 2/2006, regulamentada através do Decreto-Lei n.º 237-A/2006 de 14 de Dezembro*. *Diário da República n.º 239/2006 - I série*. Obtido em 16 de Maio de 2012, de http://www.nacionalidade.sef.pt/docs/DL237A_2006.pdf

DR. (8 de Março de 2007). *Plano para a Integração de Imigrantes - Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/A 2007, de 8 de Março*. *Diário da República, n.º 85/2007 - I série*. Obtido em 16 de Maio de 2012, de <http://www.gep.msss.gov.pt/planeamento/pimigrantes.pdf>

DR. (15 de Dezembro de 2006). *Prova do conhecimento da língua Portuguesa - Portaria 1403-A/2006, de 15 de Dezembro*. *Diário da República n.º 240/2006 - I série*. Obtido em 16 de Maio de 2012, de http://www.nacionalidade.sef.pt/docs/Portaria_15DEZ.pdf

- Faustino, H. C., Peixoto, J., & Baptista, P. (2009). *As características da imigração em Portugal e os seus efeitos no comércio bilateral*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.).
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1993). *O Inquérito - teoria e prática* (2ª ed.). Oeiras: Celta Editores.
- Gillespie, M. (1995). *Television, Ethnicity and Cultural Change*. London: Routledge.
- Gordon, M. (1964). *Assimilation in American Life*. New York: Oxford University Press.
- Grosso, M. J., Tavares, A., & Tavares, M. (2008). *O Português para Falantes de Outras Línguas. O utilizador elementar no país de acolhimento*. Lisboa: Ministério da Educação. Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.
- Habermas, J. (1997). *Faktizität und Geltung. Beiträge zur Diskurstheorie des Rechts und des Demokratischen Rechtsstats*. Paris: Droit et Démocratie. Entre faits et normes.
- Hall, S. (2003). *Representation. Cultural Representations and Signifying Practices*. London: Sage Publications Ltd.
- Krashen, S. D. (1985). *The Input Hypothesis: issues and implications*. Essex, England: Longman Group Limited.
- Maalouf, A. (1998). *As Identidades Assassinas*. Lisboa: Difel.
- Mapril, J. (2009). O lugar do sacrifício: qurbani e circuitos transnacionais entre bangladeshis em Lisboa. *Análise Social*, XLIV (1.º), pp. 71-103.
- Mirotshnik, V. (2008). *Integração e escola em populações imigrantes da ex-URSS*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.).
- OCDE. (2011). *Recent changes in migration movements and policies (country notes) - Portugal*. Obtido em 25 de Maio de 2012, de OCDE: <http://www.oecd.org/dataoecd/45/9/48356457.pdf>
- OI. (2012). *Observatório da Imigração*. Obtido em 4 de Agosto de Observatório da Imigração, de <http://www.oi.acidi.gov.pt/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=111>
- OIM. (2011). *IOM Facts and Figures*. Obtido em 25 de Maio de 2012, de OIM: <http://www.iom.int/jahia/Jahia/about-migration/facts-and-figures/lang/en>
- Oliveira, A. L., & Ançã, M. H. (2006). From first languages to Portuguese as a “shelter” language: the discourses of two Eastern European students. *LMS/FIPLV World Congress 2006*. Gothenburg, Sweden: Chalmers Convention Centre, 15th - 17th June.
- Park, R. (1950). *Race and Culture*. New York: Free Press.

Pires, R. P., Machado, F. L., Peixoto, J., & Vaz, M. J. (2010). *Portugal: Atlas das Migrações Mundiais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República e Edições tinta-da-china, Lda.

Pires, S. (2009). *A segunda geração de imigrantes em Portugal e a diferenciação do percurso escolar: jovens de origem cabo-verdiana versus jovens de origem hindu-indiana*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.).

Portes, A., & Fernández-Kelly, P. (30 de Novembro de 2007). Filhos de imigrantes nos Estados Unidos. *Publicação simultânea: Tempo Social, revista de sociologia da Universidade de São Paulo e Journal of Ethnic and Migration Studies - JEMS*, 20, pp. 13-50.

QECR, C. d. (2001). *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas. Aprendizagem, ensino, avaliação (sigla: QECR)*. Porto: Edições ASA.

Rosales, M. V., Jesus, V. C., & Parra, S. (2009). *Crescer fora de água? Expressividades, posicionamentos e negociações identitárias de jovens de origem africana na região metropolitana de Lisboa*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.).

SEF. (2011). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo, 2011*. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

SEF. (2009). *Relatório sobre Imigração Fronteiras e Asilo 2009*. Obtido em 25 de Maio de 2012, de SEF: http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2009.pdf

SEFSTAT, P. d. (2012). *População Estrangeira Residente em Território Nacional, por distrito e por nacionalidade, em 2011*. Obtido em 5 de Julho de 2012, de <http://sefstat.sef.pt/distritos.aspx>

SIL, S. I. (Abril de 2012). *Ethnologue*. Obtido em 16 de Maio de 2012, de http://www.ethnologue.com/show_language.asp?code=nep

Anexo 1

Questionário

1. Sexo (*Gender*): M F

2. Idade (*Age*): _____

3. Quantos anos estudou? (*How many years did you study?*) _____ É licenciado? (*Are you graduated?*)

4. Em que país vivia antes de viver em Portugal? (*In which country did you live before living in Portugal?*) _____

5. Há quanto tempo vive em Portugal (*For how long are you living in Portugal?*) _____

6. Por que veio para Portugal? Pode escolher mais do que uma opção (*Why did you come to Portugal? You can choose more than one option*).
 - É mais fácil conseguir a autorização de residência em Portugal do que noutros países europeus (*It's easy to get residence in Portugal than in other European countries*).
 - O clima é ameno como no Nepal (*The weather is warm like in Nepal*).
 - Os portugueses são mais amigáveis para os imigrantes do que em outros países da Europa (*Portuguese people are more friendly to immigrants than in other European countries*).
 - Pensei que em Portugal conseguiria ter uma vida melhor do que no Nepal (*I thought that in Portugal I would have a better life than in Nepal*).
 - Porque já tinha cá família (*Because I had already family here*).
 - Porque já tinha cá amigos (*Because I had already friends here*).
 - Outra. Qual? (*Another. Which?*) _____

7. Qual é a sua actividade/trabalho em Portugal? (*What is your activity/job in Portugal?*)

8. Qual era a sua profissão no Nepal? (*What was your profession in Nepal?*)

9. Qual é a sua língua materna? (*What is your mother tongue?*)

Nepalês (*Nepali*).

Outra. Qual? (*Other. Which?*) _____

10. Que línguas sabe falar? Pode escolher mais do que uma opção (*Which languages do you speak? You can choose more than one option*).

Nepalês (*Nepali*).

Português (*Portuguese*).

Inglês (*English*).

Outra. Qual? (*Another. Which?*) _____

11. Por que quer aprender Português? Pode escolher mais do que uma opção (*Why do you want to learn Portuguese? You can choose more than one option*).

Por causa do meu trabalho actual (*Because of my current job*).

Para arranjar um emprego melhor (*To find a better job*).

Porque tenho um negócio em Portugal (*Because I have a business in Portugal*).

Para conviver com portugueses (*To socialize with Portuguese people*).

Para comunicar em locais/repartições públicos (*To communicate in public places/offices*).

Para ler jornais, ver televisão, aceder à Internet (*To read newspaper, watch TV, go to the internet*).

Para falar melhor (*To speak better*).

Para ler melhor (*To read better*).

Para escrever melhor (*To write better*).

Outra (*Other*)

12. Gosta de viver em Portugal? O que pensa de Portugal e dos portugueses? (*Do you like to live in Portugal? What do you think about Portugal and the Portuguese people?*)

Anexo 2

Guião da Entrevista:

- Q. Quantos anos tem?
- Q. Quantos anos estudou?
- Q. É licenciado? Em quê?
- Q. Em que país vivia antes de viver em Portugal?
- Q. Há quanto tempo vive em Portugal?
- Q. Porque veio para Portugal?
- Q. Qual é neste momento a sua actividade aqui em Portugal (ou o seu trabalho)?
- Q. E qual era a sua profissão no Nepal?
- Q. Qual era a imagem que tinha de Portugal antes de cá chegar, como é que achava que Portugal era?
- Q. O que menos lhe agrada em relação aos portugueses e a Portugal? E o que mais lhe agrada?
- Q. Pretende voltar para o Nepal?
- Q. Quais as diferenças maiores que vê entre o Nepal e Portugal?
- Q. O quê/quem é que tem no Nepal?
- Q. Do que mais sente saudades?
- Q. Como é que aprendeu Português? / Está a aprender Português? Como? Onde?
- Q. Quais foram as principais razões que o levaram a aprender a falar Português?
- Q. Que língua(s) fala em casa?
- Q. Em que situações utiliza a língua portuguesa?